



RENATO FURQUIM VRY

**NOVA GRAMÁTICA VISUAL DA ARTE
E DO ATIVISMO DIGITAIS NAS CIDADES
INSTRUMENTALIZADAS**

SÃO PAULO 2023

RENATO FURQUIM VRY

**Nova gramática visual da arte e do ativismo digitais nas cidades
instrumentalizadas**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Projeto, Espaço e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mails: vry.rf@usp.br
renato.vry@gmail.com.br

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Vry, Renato

Nova gramática visual da arte e do ativismo digitais nas cidades instrumentalizadas / Renato Vry; orientador Guilherme Wisnik. - São Paulo, 2023.

81 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Projeto, Espaço e Cultura.

1. Cidade Contemporânea. 2. Tecnologia. 3. Arte Digital. 4. Ativismo Digital. I. Wisnik, Guilherme, orient. II. Título.

Nome: Renato Furquim Vry

Título: Nova gramática visual da arte e do ativismo digitais nas cidades
instrumentalizadas

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo para
obtenção de título de Mestre em Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

SÃO PAULO

2023

Em memória de Leonardt Vry e Carlos Norvila Junior.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem a generosidade, compreensão, apoio e colaboração de uma rede de professores, familiares, amigos e demais pessoas que fizeram parte dessa jornada. Agradeço a todos vocês, cujos nomes são muitos, mas em especial:

Ao professor Guilherme Teixeira Wisnik, exemplo de excelência profissional e intelectual, por sua orientação inestimável à presente pesquisa, mas também pela compreensão nos momentos mais difíceis desse processo.

Aos professores Giselle Beiguelman, Karina Leitão, Fernanda Fernandes, Ronaldo Lemos, Agnaldo Aricê e Jorge Bassani, assim como aos membros do Grupo de Arte e Inteligência Artificial (GAIA), pelas discussões riquíssimas que nortearam a pesquisa e que me deixaram motivado a estudar temas tão complexos e em constante transformação. A toda a rede profissional que mantém a instituição FAU-USP como ambiente acadêmico de excelência: dos funcionários da limpeza, bibliotecários, membros da Secretaria de Pós-Graduação até a reitoria.

Aos meus amigos Lucas Giacometti, Saulo Macedo, Lara Nicolau e Andressa Monteiro pelo apoio incondicional. À minha família, em especial meus pais Edina e Delzi, cujo amor é o lastro de todas as minhas conquistas.

RESUMO

VRV, Renato Furquim. **Nova gramática visual da arte e do ativismo digitais nas cidades instrumentalizadas**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Apoiada na conceituação teórica acerca do processo de difusão de dispositivos digitais ocorrido ao longo das últimas três décadas nas grandes cidades globais, e recontextualizada sob o *locus* discursivo do Sul Global, esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar o processo de instrumentalização urbana, com ênfase no contexto paulistano. Sobre o conceito de dispositivo digital, entende-se aqui o conjunto heterogêneo de tecnologias desenvolvidas a partir da linguagem algorítmica. O conceito de instrumentalização, por sua vez, parte de uma apropriação crítica e convergente de outras expressões adotadas pelos autores referenciados, implicando dois sentidos distintos, porém complementares: o da cidade munida de instrumentos, mas também aquela que se torna instrumento de algo ou alguém. Essa instrumentalização se atualiza através da retórica do novo urbanismo militar (GRAHAM, 2016) e da *smart city* (GREENFIELD, 2013), intercalando múltiplos processos de dessubjetivação e de retração do agenciamento dos cidadãos inscritos em suas redes de poder político e econômico. Como metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa, dada a contemporaneidade do tema, foi necessário o confronto constante entre a leitura crítica do aporte teórico selecionado e o material coletado através de notícias, leis estaduais e federais, cartilhas de adesão a sistemas digitais, editais de contratação, entre outros, que delimitam as condições históricas, culturais e socioeconômicas através das quais o fenômeno de instrumentalização urbana se materializa. Entende-se que a manutenção do imaginário das cidades instrumentalizadas se deve à construção de uma estética particular, não apenas mediada como também constituída pelos dispositivos digitais em rede. Sendo assim, as experimentações artísticas e do ativismo digitais que almejam tensionar a instrumentalização urbana invariavelmente incorrem na gramática dos circuitos digitalizados, traduzida na imagem digital, na vídeo-denúncia, nos memes, entre outros. Portanto, a politização da urbe não é mediada pela estética: ela é, efetivamente, a estética (BEIGUELMAN, 2016, 2019, 2021b). Demonstrados os desafios implicados pelo desenvolvimento sociotécnico destas tecnologias e sua contribuição ambivalente enquanto dispositivos de emancipação e captura, as experimentações discutidas ao longo desta dissertação mostram que é possível denunciar e interferir nas geografias de poder da instrumentalização urbana, atuando nos circuitos tecnoculturais de conexão transnacional para ampliar as vozes dissidentes.

Palavras-chave: Cidade Contemporânea, Tecnologia, Arte Digital, Ativismo Digital.

ABSTRACT

VRY, Renato Furquim. **New visual grammar of digital art and activism in instrumentalized cities**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Supported by the theoretical conceptualization of the process of digital devices diffusion, which occurred over the last three decades in large global cities, and recontextualized under the discursive *locus* of the Global South, this Master's dissertation aims to analyze the process of urban instrumentalization, especially in the *paulistano* context. Regarding the concept of digital device, it is understood as the heterogeneous set of technologies developed under the algorithmic language. The concept of instrumentalization, in turn, comes from a critical and convergent appropriation of other expressions adopted by the referenced authors, implying two distinct but complementary meanings: that of the city equipped with instruments, but also that of a city which becomes an instrument for something or someone. This instrumentalization is updated through the rhetoric of the new military urbanism (GRAHAM, 2016) and the *smart city* (GREENFIELD, 2013), interspersing multiple processes of de-subjection and retraction of the agency of citizens enrolled in their networks of political and economic power. As a methodology for the development of this research, given the contemporaneity of the theme, it was necessary to constantly confront the critical reading of the selected theoretical references and the material collected through news, state and federal laws, digital systems' adherence booklets, public hiring notices, among others, that delimit the historical, cultural and socioeconomic conditions through which the phenomenon of urban instrumentalization materializes. It is perceived that the maintenance of instrumentalized cities' imaginary is due to the construction of a particular aesthetic, not only mediated through but constituted by connected digital devices. That said, artistic experimentation and digital activism that aim to stress urban instrumentalization invariably incur to the grammar of digitized circuits, exemplified by digital images, *exposés*, memes, among others. Therefore, the politization of the city is not mediated by aesthetics: it is, effectively, aesthetics (BEIGUELMAN, 2016, 2019, 2021b). Having demonstrated the challenges implied by the sociotechnical development of these technologies and their ambivalent contribution as both emancipation and capture devices, the experiments discussed throughout this dissertation show that it is possible to denounce and interfere in the geographies of power of urban instrumentalization, acting in the technocultural circuits of transnational connection to amplify dissenting voices.

Keywords: Contemporary City, Technology, Digital Art, Digital Activism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Centro de Operações Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.	28
FIGURA 2 – Sistema Detecta na sede do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM). São Paulo, 2017.	33
FIGURA 3 – Porta interativa digital em estação de metrô da linha 4 - amarela.	34
FIGURA 4 – Fazenda de mineração de criptomoedas instalada ilegalmente dentro de mesquita no irã, devido à concessão de energia gratuita para edifícios religiosos e governamentais, 2019.	45
FIGURA 5 – Jenny Holzer, Kriegszustand (projeção laser no Monumento da Batalha das Nações, em Leipzig, Alemanha. 1996).	51
FIGURA 6 – Projetemos (projeção em empena do Congresso Nacional de Brasília, 8 de janeiro de 2023).	51
FIGURA 7 – Paulo Bruscky, intervenção no Diário de Pernambuco (1990).	54
FIGURA 8 – 3NÓS3, Ensacamentos (1979).	54
FIGURA 9 – The Next Rembrandt (2016).	59
FIGURA 10 – recorte demonstrativo do banco de dados da obra The Next Rembrandt.	59
FIGURA 11 – Selfiecity (2014), recorte com seleção de imagens de selfies tiradas em são paulo, retratando homens com a cabeça inclinada à direita.	61
FIGURA 12 – Insta Repeat (2018-), mosaico de 27 ago. 2021, retratando fotos dentro do parâmetro “pessoa sentada em cima das faixas amarelas da pista, meio de cena” (tradução nossa).	62

FIGURA 13 – conjunto de retratos gerados pelo projeto This Person Does Not Exist (2019).	63
FIGURA 14 – Superposição de mil retratos distintos de um conjunto de 4.100 do banco de dados do This Person Does Not Exist, realizado por Bernardo Fontes.	63
FIGURA 15 – Mosaico de cenas da instalação via satélite Good Morning Mr. Orwell (1984).	66
FIGURA 16 – Peça gráfica iRaq [Abu Ghraib prisoner] (2004).	70
FIGURA 17 – Homeless Projection: Place des Arts (2014).	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: CIDADES EM DISPUTA	
1.1. Globalização e miragem: fundamentos socioeconômicos	14
1.2. Guerra permanente e seus dispositivos	19
1.3. Cidades instrumentalizadas e suas narrativas	29
1.4. Cidadão, consumidor, soldado, alvo	38
CAPÍTULO 2: IMAGENS EM CRISE	
2.1. <i>Espaço-lixo</i> : entre ruínas e ruídos	43
2.2. Coronavírus e as imagens infiltradas	48
2.3. Políticas da imagem digital	54
CAPÍTULO 3: NOVAS GRAMÁTICAS	
3.1. Entre um novo olhar e novas ficções	64
3.2. Contrageografias	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem como tema de pesquisa uma análise crítica do processo de difusão de dispositivos digitais ocorrido ao longo das últimas três décadas nas grandes cidades globais, com ênfase no contexto paulistano. Também analisa as práticas artísticas e do ativismo digitais que incorrem na condição estética e política produzidas na instrumentalização urbana. Como definição, o conceito de instrumentalização adotado neste trabalho parte de uma apropriação crítica e convergente de outras expressões adotadas pelos autores referenciados, em especial Adam Greenfield (2013), que utiliza o parônimo *instrumentation*, ou instrumentação, para se referir às ações de medição e controle de dados. O motivo de fazê-lo é que a noção de cidade instrumentalizada pairam dois sentidos distintos, porém complementares: o da cidade munida de instrumentos (nesse caso, os dispositivos de monitoramento e controle), mas também aquela que se torna instrumento de algo ou alguém. Para a pesquisa, o desenvolvimento de ambas as definições de instrumentalização é crucial à compreensão do paradigma estético e político no qual a arte e o ativismo digitais estão inscritos.

O conceito de dispositivo digital, por sua vez, refere-se ao conjunto heterogêneo de tecnologias desenvolvidas a partir da linguagem algorítmica, tal como transmissores de rede sem fio, microtelas, telas urbanas, sistemas de geolocalização, de controle remoto e de circuitos de vigilância. É na episteme desse conjunto de tecnologias, inscrito nas relações de poder econômico, político e militar e com função estratégica concreta, que reside sua qualidade de dispositivo – ou seja, de capturar, controlar ou orientar os gestos, as condutas e as opiniões do indivíduo (AGAMBEN, 2005). Sintomático do avanço dos dispositivos sobre o espaço urbano é a crescente colonização do imaginário coletivo por princípios de guerra permanente, assim como por iniciativas da publicidade e do design, que conduzem a experiência urbana rumo a um projeto específico de cidade instrumentalizada. Progressivamente mapeadas e decodificadas, essas cidades se promovem através de narrativas e estéticas de nitidez e acessibilidade dos dados, além de iconografias abstratas e intangíveis como a da computação em nuvem.

Desse modo, modelos de cidades militarizadas e inteligentes ganham cada vez mais espaço na cultura urbana, ao mesmo tempo em que obscurecem as questões problemáticas de seu funcionamento, tais como a infraestrutura massiva necessária

para mantê-la operante e sua razão de ser enquanto dispositivo de controle, associada a uma rede de poder com interesses restritos. O encontro diário dos cidadãos com os conflitos e contradições da cidade é, assim, retirado de vista e confiado aos dispositivos que operam nos bastidores (BEIGUELMAN, 2016; GRAHAM, 2016; WISNIK, 2018).

Portanto, a análise dos efeitos colaterais do processo de instrumentalização tem se mostrado cada vez mais urgente. Não só devido à estratificação do território urbano entre a “cidade oficial” (onde se concentram os investimentos públicos) e a grande massa excedente entregue à precariedade (WISNIK, 2018), mas também pela revelação de que suas estéticas e narrativas de modernização e nitidez têm se revelado falsas e ruinosas (KOOLHAAS, 2014). Nesse contexto, a eclosão de novas práticas de arte e ativismo digitais, fundamentais ao dissenso durante a pandemia do coronavírus no Brasil, atesta a consolidação de uma nova gramática visual enquanto práxis de argumentação e resistência.

Como metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa, dada a contemporaneidade do tema, foi necessário o confronto constante entre a leitura crítica do aporte teórico selecionado e o material coletado através de notícias, leis estaduais e federais, cartilhas de adesão a sistemas digitais, editais de contratação, entre outros. De modo geral, o processo de seleção do aporte teórico se deu a partir de uma inquietação acerca das condições históricas, culturais e socioeconômicas que viabilizaram essa nova gramática da arte e do ativismo digitais, visto que essas operam nos mesmos circuitos digitais que realizam a captura do cidadão. Ou seja, possuem uma capacidade crítica de atuar na estrutura ambivalente dos dispositivos em rede, de onde é possível tanto a resistência quanto a captura.

Como fundamentação teórica, no primeiro capítulo esta dissertação se apoia na compreensão de Mariana Fix (2007) de que a arquitetura e a forma urbana, ao mesmo tempo que constituem a materialidade da cidade, também configuram sua expressão simbólica, sendo o produto cultural que melhor nos ajuda a compreender as paisagens de poder que incidem sobre a urbanização. Portanto, o capítulo introduz os fundamentos históricos e socioeconômicos da instrumentalização urbana na contemporaneidade, remontando à globalização da economia para compreender como as novas tecnologias digitais, atuando como dispositivos em rede, controlam os fluxos de informação e capital da cidade em prol da formação de uma “cidade oficial” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013). Além disso, são analisados os discursos

que estruturam e justificam a difusão dos dispositivos digitais, sobretudo sob a premissa da militarização urbana (GRAHAM, 2016) e das *smart cities* (BEIGUELMAN, 2016; GREENFIELD, 2013; RENNÓ, 2016), assim como os efeitos dos dispositivos digitais na experiência urbana e nos processos de subjetivação individual e coletiva (AGAMBEN, 2005).

Tomando posse dessa análise, o segundo capítulo mapeia as discussões teóricas referentes às colateralidades da difusão desses dispositivos sobre a experiência urbana, assim como seus efeitos no campo estético da arte e do ativismo digitais. Precisamente, os efeitos aqui enunciados são: o estado cáustico do espaço físico e da memória pós-digital sob o efeito do *espaço-lixo* (KOOLHAAS, 2014; WISNIK, 2018); o regime paradoxal de nitidez e opacidade das imagens e do trato com os dispositivos (BENJAMIN, 2014; WISNIK, 2018); a questão estética e cultural urbana durante a pandemia do coronavírus (BEIGUELMAN, 2020); e a estratificação e supressão do agenciamento coletivo urbano em razão dos impactos culturais dos dispositivos em rede e da visão computacional (BEIGUELMAN, 2021a).

Somado às contribuições dos capítulos anteriores, o terceiro capítulo perscrutará os desafios impostos às experimentações no campo da arte e do ativismo digitais por conta de sua relação ambivalente com os dispositivos. Essa análise se fará a partir das implicações que o desenvolvimento técnico dos dispositivos de imagem trouxe para os paradigmas da arte moderna, sobretudo na redução do seu distanciamento crítico (BENJAMIN, 2014). Por fim, o trabalho propõe o debate acerca das estratégias de operação contrageográficas dessa nova gramática da arte e do ativismo digitais, como as táticas de exposição, justaposição, inserções críticas, interferência e colaboração, assim como suas fragilidades, considerando-as fundamentais para a atualização dos movimentos de resistência às geografias de poder da instrumentalização urbana (GRAHAM, 2016).

CAPÍTULO 1: CIDADES EM DISPUTA

1.1. Globalização e miragem: fundamentos socioeconômicos

Nosso encontro com as tecnologias digitais difundidas no espaço urbano ao longo das últimas três décadas alterou a forma como compreendemos e utilizamos a cidade. Composto por transmissores de rede sem fio, sensores, microtelas, telas urbanas, sistemas de geolocalização, de controle remoto e circuitos de vigilância, esse complexo de tecnologias é alçado por Adam Greenfield (2013) ao mesmo patamar de influência sobre os fundamentos da cidade que o aumento da população urbana e da influência metropolitana. Sua importância é observável não apenas no campo da economia e das políticas locais, mas também, como constata Giselle Beiguelman (2016), na ubiquidade com que essas tecnologias permeiam nosso cotidiano, desde a integração aos objetos, roupas e mobiliário, até sua influência sobre a cultura material, os afetos, deslocamentos e padrões de consumo. De fato, em 1984, a expansão do digital sobre o espaço urbano já ganhava estatuto teórico no trabalho de Paul Virilio (1995), que avaliava o impacto das novas mídias eletrônicas sobre a sociabilidade urbana. Para o autor, a evolução técnica das interfaces, interconectando espaços através do tempo, inaugurava uma nova fase de relação entre homem e máquina.

Por trás dessa difusão de dispositivos digitais no espaço urbano, contudo, há um conjunto de agentes estatais, militares, econômicos e sociais interessados na instrumentalização do ambiente construído como forma de influenciar o funcionamento do mercado, o valor dos imóveis e a mobilização de recursos públicos e privados. Nesse sentido, para que possamos analisar o campo de estudo situado entre dispositivo digital, cidade e cultura urbana, devemos circunstanciar as paisagens de poder que neles imprimem suas intenções.

A preponderância dos dispositivos digitais no espaço urbano está intimamente ligada à transformação dos padrões de urbanização dos países centrais do mundo capitalista. Como observa Ermínia Maricato (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013), a matriz de planejamento urbano modernista, após um século e meio norteando o crescimento das cidades, foi gradativamente substituída até o final do século XX. A partir da década de 1990, uma nova matriz neoliberal, oriunda da globalização e financeirização da economia, se tornou protagonista na produção da cidade, privilegiando a mobilidade do capital através de redes de interação local e global entre

os nodos do conjunto. Já de acordo com Guilherme Wisnik (2018), sob a égide dessa matriz, a nova sociedade globalizada se caracteriza, do ponto de vista político, econômico e tecnológico, pelo esforço em revolucionar as relações de tempo e espaço que limitam a distribuição de unidades produtivas, de emprego e dos fluxos financeiros.

Não por acaso, como defende Laymert Garcia dos Santos (2003), já no início do século XXI, observamos a transição do mercado financeiro para o espaço informacional, através de expressivos investimentos em infraestrutura - quilômetros de cabeamento de fibra ótica e novos servidores de armazenamento de dados. Obras territoriais massivas, com gastos permanentes de energia elétrica, empenhadas em garantir a eficiência e velocidade na transmissão de informações, para então romper, paradoxalmente, os lastros do mercado financeiro com a produção material e o investimento produtivo (WISNIK, 2018).

Para tanto, esse capitalismo globalizado se consagra na comunhão metafórica e operativa entre a nuvem financeira e o *cloud computing*, no movimento impalpável e tempestuoso dos fluxos de capital pelo mundo. Constituída pelo imperativo da mobilidade permanente, sua organização geográfica é atravessada por agentes econômicos nômades e transnacionais, que não mais precisam imobilizar seu capital para exercer domínio local, bastando-se em instalações alugadas nas chamadas *cidades globais* (WISNIK, 2018).

Com efeito, o discurso globalizante busca promover a impossibilidade de superar a desigualdade entre países centrais e de periferia capitalista como cenário propício para este novo protagonista na economia mundial: a *global city*, ou cidade global. Como se tornaram conhecidas através da tese de Saskia Sassen (1998), as cidades globais são produto da crescente desmaterialização e hipermobilidade da atividade financeira na globalização, que alteraram a forma de organização dos fluxos interfronteiras em detrimento do Estado nacional enquanto unidade espacial. Nesse contexto, uma nova rede-arquipélago se forma através de cidades e regiões articuladoras, como Nova York, Londres e Tóquio, que monopolizam os centros de decisões globais ao mesmo tempo que mantêm uma relação autárquica com o restante do território nacional.

De acordo com Mariana Fix (2007), após sua abertura econômica ao capital internacional, as cidades latino-americanas também emergiram como possíveis protagonistas de semiperiferia. Essa possibilidade mobilizou os agentes econômicos

locais à necessidade de adequarem as cidades aos novos parâmetros globais, com investimentos em imóveis e na modernização da infraestrutura urbana, a fim de torná-las competitivas ao capital internacional. Para isso, esses agentes recorrem a verdadeiros receituários de “planejamento estratégico”, onde operações urbanas e parcerias público-privadas compõem o núcleo de ação de planejadores que já muito se assemelham a empreendedores imobiliários. Segundo a autora, garantir a maior mobilidade de capital total implica em fixar uma fração desse no meio ambiente construído, surgindo assim

[...] um novo produto, resultado de uma divisão social do trabalho mais acentuada: empreendimentos que não são resultado da ação de um mesmo capitalista (que compra a terra, a incorpora, constrói e vende), mas de um sistema de agentes voltado ao meio ambiente construído (FIX, 2007, p. 14).

Contudo, Fix (2007) aponta que essa necessidade contundente de transformação das cidades na era global se tornou subterfúgio para a concentração de investimentos em regiões restritas da cidade. Esse dado é reforçado por Maricato (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013), ao constatar que esse modelo de reestruturação produtiva, importado do “Norte Global”¹ durante o final do século XX para os países de semiperiferia (como o Brasil), foi aplicado apenas a uma parte das grandes cidades industriais, na chamada “cidade formal”. Aqui, transplantada para o contexto sociogeográfico brasileiro, a referida dinâmica da rede-arquipélago globalizada remonta às metrópoles brasileiras no período colonial – que resguardavam sua autoridade sobre o restante do território, ao mesmo tempo que constituíam “porta de entrada e *locus* para a dominação sobre aquilo que interessava, no interior do país, ao mercado internacional” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013, p. 136).

É o que se configura na metrópole de São Paulo, cuja carência de infraestrutura básica para boa parte da população coexiste com o fluxo direcionado de recursos públicos aos novos centros financeiros e eixos de negócios. Com efeito, a gestão municipal de Paulo Salim Maluf entre 1993 e 1996 foi imperativa na reivindicação da “face global” paulistana, através da imposição espacial do poder político e econômico

¹ A adoção das expressões “Norte Global” e “Sul Global” nesta dissertação é proposital e remete à caracterização crítica que Stephen Graham utiliza para contrapô-las. Entretanto, ainda que sejam convenientes e mais adequadas do que outras simplificações – como “países pobres/ricos”, “desenvolvidos/subdesenvolvidos” ou “industrializados/não industrializados” –, cabe a ressalva de que constituem uma generalização pseudogeográfica e eurocentrista.

do Estado em parceria com a iniciativa privada. Em detrimento de planos urbanísticos holísticos previamente discutidos, sua gestão foi marcada por privilegiar a alocação de investimentos públicos na região sudeste da capital, às margens do Rio Pinheiros, onde se concentra um número significativo de megaprojetos, como grandes torres de escritórios, hotéis, *shopping centers*, complexos de uso misto e infraestrutura viária e de comunicação. Essa redefinição produtiva do território urbano paulistano, convergente aos interesses do mercado imobiliário e às noções de competitividade e eficiência, é paradigmática das geografias transnacionais do capitalismo financeirizado no Sul Global. Aqui, Fix (2007) corrobora com a leitura das metrópoles coloniais de Maricato (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013), ao analisar São Paulo a partir das relações de centro e periferia:

[...] para dentro, como a constituição de um enclave “globalizado” em uma metrópole periférica e, para fora, como a reposição, sob novas formas, da inserção dependente e subordinada de uma metrópole periférica no capitalismo financeirizado, na qual a implantação de polos modernos e integrados se dá de modo truncado – sem a eliminação de formas mais arcaicas (FIX, 2007, p. 20).

Notadamente, esse processo de redefinição do urbano é parcial, posto que contempla e investe em somente uma parte do que se considera a cidade de São Paulo. De todo modo, esse tipo de procedimento é amplamente defendido pelos agentes político-econômicos sob o argumento de “eficiência econômica”, isto é, de seu caráter estratégico e prioritário para a manutenção da competitividade econômica das cidades globais. Ao fazê-lo, essa região de “capital urbanizado” se projeta como uma nova centralidade ou eixo econômico na cidade, produto da imposição espacial de poder político e econômico (FIX, 2007).

Portanto, foi a partir de uma importante fundamentação teórica das cidades globais, e da necessidade material de centros de comando que deem conta do caráter transnacional e fluido do capitalismo neoliberal, que se consolidou o discurso apologético dessas grandes operações financeiras e parcerias público-privadas. Discurso que, mesmo diante da agravada crise financeira e da carência de infraestrutura básica para a população metropolitana majoritária, legitima e atualiza novas formas de acesso aos fundos públicos (FIX, 2007). Inevitavelmente, por mais que esses investimentos sejam justificados pela chamada “teoria do bolo” – isto é, de que essa face global teria o potencial de atrair novos investimentos e empregos para a cidade – suas circunstâncias reais rompem com o esforço nacional de acumulação

do desenvolvimentismo, aprofundando a concentração de renda e a desigualdade social (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013). Assim, conclui Mariana Fix:

Se o mito do desenvolvimento não mais convence, no sentido de uma recuperação restauradora que permita aos povos pobres desfrutar algum dia das formas de vida dos atuais povos ricos [...] O mito das cidades globais, por sua vez, já nasce enfraquecido, e por isso ganha ares de farsa. Tem como miragem as novas centralidades produzidas em cidades como São Paulo, que reproduzem, em escala modesta, o *skyline* que mimetiza os centros de comando e projeta, em um país semiperiférico, a imagem de uma *global city*. Cria-se uma paisagem de poder e dinheiro que mobiliza Estado e capital privado nacional, parceiros nas várias modalidades de apropriação do fundo público, que caminham no sentido de transformar a cidade, ela própria, em uma espécie de título financeiro (FIX, 2007, p. 168).

Se referindo aos efeitos colaterais da urbanização do capital financeiro, o teórico Stephen Graham (2016) relaciona o aumento da desigualdade social à ebulição de práticas militarizadas de controle. Do mesmo modo que a deterioração do trabalho agrícola (cada vez mais mercantilizado), a remoção dos sistemas de bem-estar social e as políticas de ajuste estrutural do liberalismo econômico, o autor defende que a disseminação global do capitalismo neoliberal foi fundamental na intensificação de fissuras sociais e polarização extrema das cidades em desenvolvimento.

No presente momento histórico, em que mais da metade da população mundial já é considerada urbana, mais de um bilhão de pessoas (ou cerca de um quarto dessa população) vivem de maneira precária em favelas ou assentamentos informais². Majoritariamente espoliada da condição de consumidora ou produtora – e, portanto, “estrutural e biologicamente redundantes ao acúmulo global (de capital) e a matriz corporativa”³ (DAVIS, 2004, p. 11 apud GRAHAM, 2016, p. 58) – essa massa humana é amplamente retratada como ameaça à “economia neoliberal ‘formal’ e seu arquipélago de enclaves urbanos privilegiados de residência, produção, especulação, transporte e turismo” (GRAHAM, 2016, p. 58), a serem resguardados pelas políticas de segurança nacional.

É nesse contexto das cidades globais, permeáveis à circulação financeira transnacional, porém materializadas em enclaves urbanos cercados de desigualdade

² Dados retirados do *Sustainable Development Goals Report* (Relatório de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tradução do autor) de 2021, da Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD). Disponível em <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/goal-11/>>. Acesso em: 20 dez. de 2022.

³ DAVIS, M. **The Urbanization of Empire: Megacities and the Laws of Chaos**. *Social Text*, v. 22, n. 4, 2004.

e miséria – e, portanto, passíveis de ameaças – que os dispositivos digitais em rede citados se tornam as novas arquiteturas estratégicas das grandes cidades contemporâneas. Instrumentalizando essas cidades rumo a novas práticas de monitoramento e controle eletrônico, suas arquiteturas gradativamente suplantam, sem substituir totalmente, os “espaços disciplinares”⁴ tradicionais; conseqüentemente, incide sobre as relações sociais inscritas nas grandes cidades do capitalismo globalizado uma vasta rede de sistemas tecnológicos, que atravessam tanto zonas temporais quanto geográficas. Como sintetiza Graham,

[...] cada vez mais, por trás de cada momento social atua uma vasta gama de cálculos computadorizados dispersos por uma matriz global de computadores e dispositivos computadorizados interligados. Bancos de dados se comunicam e seus conteúdos são continuamente minerados por diversas fontes, escalas e espaços por meio de algoritmos avançados de computador que avaliam uma variedade proporcional de corpos, transações e movimentos. [...] Essas tecnologias de controle cada vez mais se diluem no pano de fundo dos ambientes urbanos, das infraestruturas e da vida urbana. Aplicadas sobre e na extensão das paisagens urbanas do dia a dia, trazendo à tona estilos radicalmente novos de movimento, interação, consumo e política, de certa forma elas se tornam a cidade (GRAHAM, 2016, p. 125-126).

1.2. Guerra permanente e seus dispositivos

Claramente, a cidade global não conseguiria se alçar ao patamar de polo econômico transnacional sem estar imersa nessas redes tecnológicas de informação. Entretanto, mesmo que estejam em avançado processo de entrelaçamento com o tecido urbano das grandes cidades, é imprescindível resgatarmos que tecnologias como a internet, redes de comunicação sem fio, controle remoto, circuitos de vigilância e sistemas de posicionamento por satélites foram primeiramente desenvolvidas na segunda metade do século XX como sistemas de controle militar. Para isso, o GPS⁵ serve de exemplo emblemático: antes de se tornar parcialmente público e ser utilizado em propostas cada vez mais amplas de usos comerciais, governamentais e civis, o sistema era originalmente de uso restrito do exército norte-americano, pelo qual foi empregado em bombardeios de precisão durante a Guerra do Golfo, de 1990 a 1991 (GRAHAM, 2016).

⁴ Amplamente discutido na obra de Foucault (1987), o conceito de espaço disciplinar diz respeito às arquiteturas que, inscritas na lógica de sociedades disciplinares, são otimizadas em prol do controle e adestramento dos corpos, como por exemplo o espaço prisional, escolar e hospitalar.

⁵ Sigla para *Global Positioning System*, ou Sistema de Posicionamento Global.

Ainda que não seja exatamente uma surpresa, já que tecnologias de origem militar são utilizadas em grande escala no desenvolvimento econômico global (no controle de fronteiras, na reorganização agrícola e de transporte, etc.), pouco se discute sobre como sua “genética” militarizada permeia, mesmo que indiretamente, o campo da pesquisa, do desenvolvimento e do uso civil. Mesmo a capilarização dos sistemas de internet e a popularização de *drones*⁶ domésticos são sintomáticos dessa ambivalência entre funções de guerra e entretenimento dos dispositivos nas cidades contemporâneas. Como complementa Wisnik (2018), o *drone*, transformado agora em brinquedo lúdico e criativo, se dissemina entre a população civil em usos de fotografia, filmagem ou como simples divertimento, sem nunca se desprender totalmente de sua origem militar como aparato de controle e vigilância. Para Graham esse dado é revelador, pois mesmo que a relação entre controle comercial e militar das tecnologias de informação sempre tenha sido uma via de mão dupla, “é preciso lembrar que as arquiteturas tecnológicas da vida contemporânea e as geografias imperiais convergem no novo urbanismo militar” (GRAHAM, 2016, p. 127).

Isto é importante se retomarmos a problemática dos enclaves urbanos do capitalismo globalizado, nos quais os dispositivos digitais atuam tanto no sentido de promover a eficiência dos fluxos financeiros e de informação quanto no monitoramento e controle dos corpos que ameaçam seu funcionamento. É nesse encontro entre as funções estruturais dos dispositivos do capital financeiro e o produto cultural de sua utilização civil que se situa um campo fundamental nas discussões sobre segurança nacional e internacional. Fomentadas principalmente por teóricos e militares conservadores norte-americanos⁷, as pesquisas nesse campo propõem o aproveitamento da condição indiscernível dos dispositivos digitais no tecido urbano para rastrear, identificar e eliminar corpos ameaçadores, “outros” camuflados na massa confusa de um mundo em rápida urbanização e mobilidade. Através dessa dinâmica, cada vez mais setores da sociedade civil são integrados à lógica de securitização gerada por esses dispositivos militarizados; arquiteturas de consumo, entretenimento e cultura se fundem àquelas usadas para organizar todo um espectro de monitoramento, elaboração de perfis e violência (GRAHAM, 2016).

⁶ Termo em inglês utilizado comumente para se referir a um veículo aéreo não tripulado (VANT), ou aeronave remotamente pilotada (ARP).

⁷ Entre os que Graham (2016) cita, podemos destacar Mark P. Mills e Peter W. Huber, colaboradores da revista conservadora *City Journal*, do *Manhattan Institute for Policy Research*.

Para melhor compreendermos a lógica que move esses intelectuais a internalizar práticas militarizadas de monitoramento e violência para o contexto urbano, precisamos investigar em qual momento histórico as cidades se tornam o campo de batalha de maior interesse. Com razão, Graham (2016) recorda que uma das principais chaves econômicas para o triunfo do capitalismo da Europa imperialista foi a pilhagem colonial entre os séculos XV e XIX. Segundo o autor, esses impérios foram sustentados por um amplo espectro de guerras urbanas, desde as motivadas pela exploração humana e de recursos (que aconteciam nas colônias), até as consequentes da volatilidade política das metrópoles no coração do império. Portanto, as potências europeias combatiam rebeliões e insurgências que ameaçavam suas capitais e centros estratégicos em crescimento explosivo. O dado mais relevante, contudo, é que as técnicas de controle social e espacial que as potências europeias utilizavam faziam um percurso de mão dupla entre as fronteiras coloniais e as metrópoles: nesse chamado “efeito bumerangue de Foucault”, os governos ajustavam e empregavam em suas cidades centrais os mesmos sistemas desenvolvidos e testados nas colônias. Exemplo disso foram as reformas de Paris entre 1853 e 1870, como exemplifica o autor:

Nos anos 1840, por exemplo, depois que o marechal Thomas Robert Bugeaud conseguiu reprimir a insurreição em Argel combinando atrocidades e a destruição de bairros inteiros para abrir caminho para estradas modernas, suas técnicas de planejamento urbano atravessaram o Mediterrâneo, do interior argelino, onde foram testadas, para as ruas e becos de Paris. Para minar o fermento revolucionário dos pobres de Paris, Bugeaud elaborou um plano para a violenta reorganização da cidade por meio da construção de amplas rodovias militares – um plano mais tarde implementado por um ávido leitor seu, o barão Haussmann (GRAHAM, 2016, p. 62).

A dialética desse “efeito bumerangue”, entretanto, não está confinada no período colonial nem restrito às práticas do imperialismo europeu. Na contemporaneidade, o novo urbanismo militar consiste em uma miríade de casos do gênero. Mesmo a relação militarizada que o Brasil estabeleceu nas “missões de paz” das Nações Unidas no Haiti e seu produto nas intervenções em favelas no Rio de Janeiro demonstram a persistência desse efeito simbiótico. Ali, o Brasil apropriava-se do treinamento das tropas em operações de guerra urbana de “baixa intensidade” para depois reutilizá-lo no combate nacional ao tráfico de drogas de varejo. Como explica o teórico Marcelo Lopes de Souza:

Quando, em 2007, o então ministro da Defesa Nelson Jobim anunciou que o Haiti era o “primeiro passo”, como parte de um esforço para robustecer a base legal para intervenções das Forças Armadas brasileiras em missões de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO), como o combate ao tráfico de drogas de varejo nas grandes cidades, o Rio de Janeiro já tinha testemunhado várias intervenções militares de larga escala em suas favelas, desde o início da década de 1990 (GRAHAM, 2016, p. 17).

Já no final do século XIX e no século XX, os países do Norte Global se desenvolviam economicamente ao mesmo passo que seu poder de destruição tecnológico. Enquanto forneciam equipamento de ponta para sustentar os intensos combates, suas cidades industriais emergiam como alvos derradeiros da guerra total. O campo de batalha, desse modo, se dirigia dos descampados para dentro dos muros da cidade, dando vez a lutas pela própria cidade: enquanto as históricas guerras de sítio acabavam quando a cidade era invadida, a guerra urbana começa no momento de entrada (GRAHAM, 2016).

Nesse período, assinalado sobretudo nos conflitos pós-Guerra Fria, cada vez mais as grandes disputas geopolíticas se articulam sobre espaços urbanos estratégicos, de onde, por sua vez, a violência molda a experiência urbana cotidiana. Isso se dá por uma tempestade de fatores: o colapso de Estados nacionais, o fim do binarismo político-econômico (capitalismo *versus* comunismo), o desencadeamento de ódios étnicos, a proliferação de grupos fundamentalistas religiosos e etnonacionalistas, a militarização de cartéis e milícias, a urbanização desenfreada, a escassez de recursos naturais e a crise climática (GRAHAM, 2016). Fatores esses que desafiam o monopólio de violência do Estado e o caráter dinâmico da cidade enquanto *locus* primordial do cosmopolitismo e dissenso.

Nesse processo, guerras *entre* nações e *dentro* da própria nação se tornam radicalmente indistintas, assim como o binarismo entre interior *versus* exterior e civil *versus* militar se tornam menos úteis. Em vez disso, as preocupações com a segurança, que dominavam a política internacional, agora emergem nos espaços habituais da “pátria”⁸, penetrando todos os níveis de governo. Desse modo, as novas práticas militares pressupõem que todos os corpos são combatentes reais ou em potencial, possíveis insurgentes e, portanto, alvos legítimos dos dispositivos de controle. Isso se tornou ainda mais palpável quando o ataque deliberado a locais

⁸ A expressão “pátria” entre parênteses é utilizada propositalmente, em concordância com o termo originalmente adotado *homeland*, que tipifica, para além do significado literal, a construção idealizada, patriótica e ufanista de nação.

centrais da vida urbana civil, ou mesmo a sua devastação total, se tornaram mais sofisticados e insidiosos.

De fato, a própria natureza das cidades contemporâneas, dependentes de uma complexa rede de infraestrutura e de recursos naturais em escassez, cria as condições essenciais para atos de violência contra ela – e *por meio* dela. Assim, insurgentes se utilizam da infraestrutura urbana para atacar os centros econômicos, cortando o fornecimento de energia das redes elétricas, gasodutos, oleodutos, redes de telefonia e internet. Transformam aviões, trens de metrô, carros, computadores ou celulares em dispositivos de grande capacidade destrutiva. Em escala muito maior, porém menos visível, forças militares “desmodernizam” sociedades inteiras com armas especialmente desenvolvidas para destruir redes de abastecimento, tal como bombas que dispersam fios de grafite, causando curtos-circuitos em estações elétricas. Não por acaso, muitas vezes a razão das guerras infraestruturais está relacionada às tensões geopolíticas por competição econômica e acesso à energia. Vale o exemplo da Rússia, que exerce grande poder estratégico na atualidade devido à sua capacidade de cortar o fornecimento de gás para as cidades europeias (GRAHAM, 2016).

Essa mudança paradigmática, que transforma os espaços públicos e privados das cidades, assim como sua infraestrutura e população civil, em alvos e ameaças, é central para o que Graham (2016) chama de “novo urbanismo militar”. Nesse modelo de urbanismo, a guerra se metaforiza como condição dominante, permanente e irrestrita da sociedade: a guerra às drogas, ao crime, ao terrorismo, à doença e à própria noção intangível de insegurança. Ele difunde a militarização em todos os aspectos da vida urbana – dos debates da política interna, infraestrutura e paisagem até o universo da cultura urbana, ganhando espaço em campos da vida até então incólumes. Para isso, ele se apoia na noção de que técnicas militarizadas de monitoramento e controle, sobretudo as dos dispositivos digitais, devem

colonizar permanentemente a paisagem urbana e os espaços da vida cotidiana tanto na “pátria” quanto nas cidades do Ocidente, bem como nas fronteiras neocoloniais do mundo. Para os mais recentes gurus militares e de segurança, isso é considerado crucial, a única maneira adequada de lidar com as novas realidades daquilo que chamam de guerra “assimétrica” e “irregular” (GRAHAM, 2016, p. 27).

De todo modo, essa colonização da paisagem não requer, necessariamente, o desenvolvimento de redes tecnológicas inteiramente novas, mas a assimilação dos dispositivos de informação já operantes na cidade. Assim,

áreas de congestionamento logo se transformam em zonas de segurança. Interações e transações via internet fornecem a base para a mineração de dados em um esforço para revelar comportamentos supostamente ameaçadores. Sonhos de carros inteligentes ajudam a dar vida a sistemas de armamentos robóticos. [...] câmeras de circuito interno de segurança desenvolvidas para fazer comerciantes se sentirem seguros são transformadas em sistemas de monitoramento “antiterroristas” (GRAHAM, 2016, p. 65).

Isso porque, segundo o autor, esse novo urbanismo militar defende que terroristas internacionais ou insurgentes domésticos são indistinguíveis da população urbana: são soldados sem farda, que espreitam de maneira invisível os enclaves e infraestruturas fundamentais da “pátria” vulnerável, graças ao anonimato garantido pelas cidades em desenvolvimento do mundo, em especial os distritos informais em rápido crescimento (GRAHAM, 2016). Isso é reforçado por Wisnik (2018), ao afirmar que, com a extinção de antigas fronteiras, sejam elas reais ou simbólicas, houve uma revolução na noção epistemológica de distanciamento, implicando em estarmos todos muito próximos uns dos outros a todo momento. Em termos geopolíticos, isto significa aproximar a ideia de inimigo ou terrorista para dentro das comunidades da “pátria”, de modo disperso e em rede. Como resume Agamben (2005, p. 16) “aos olhos da autoridade - e talvez essa tenha razão – nada se assemelha melhor ao terrorista do que homem comum”.

Ao borrar a separação das esferas civil e militar, das escalas global e local e de interior e exterior das nações, essa nova doutrina militar produz modelos de intervenção capazes de superar obstáculos legais para atuar dentro da própria nação ou em ações de “super jurisdição” – ou seja, de extensão da atuação jurídica em outros países. Talvez o exemplo mais oportuno dessa maleabilidade jurídica do novo urbanismo militar no território global seja o *USA Patriot Act* (Ato Patriota ou Lei Patriótica, em português), assinado pelo presidente norte-americano George W. Bush em outubro de 2001. Por ocasião dos atentados do dia 11 de setembro de 2001, o Ato determina, sob a justificativa de ação antiterrorismo, que órgãos de segurança e inteligência norte-americanos tenham acesso a comunicações telefônicas e digitais sem a necessidade prévia de autorização judicial. Considerando o modelo centralizado dos bancos de dados em nuvem e seu posicionamento crítico em solo

norte-americano, é fácil compreender as alegações de que cidadãos e entidades mundiais também estão sujeitos aos abusos de poder e táticas de espionagem dos estado-unidenses (METAHAVEN, 2012).

Dito isso, a preocupação com possíveis ataques à infraestrutura urbana capitalista por insurgentes camuflados não é gratuita. Com razão, há um consenso de que os ataques terroristas às torres do World Trade Center em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001, inauguraram um novo capítulo na história da guerra contemporânea: a chamada Guerra ao Terror, marcada pela violência urbicida, a morte da cidade e de seus símbolos e arquiteturas de poder e cosmopolitismo. De acordo com Graham (2016), a construção discursiva da Guerra ao Terror é marcada pela reelaboração de geografias imaginativas, que separam a imagem das cidades da “pátria” estado-unidense das cidades árabes, orientalizadas e berço de terroristas racializados. Entretanto, mesmo que ocupem polos antípodas em suas respectivas construções fundamentalistas e racistas de espaço urbano, tanto radicais islâmicos quanto ultraconservadores cristãos e sionistas se espelham nas representações caricatas e preconceituosas um do outro: demonstram sua “inabilidade de conceituar relações multiculturais e pós-coloniais como qualquer outra coisa além de risco ontológico e dano étnico” (GRAHAM, 2016, p. 146). A tentativa de reduzir a cidade em uma única identidade pura, resume o autor, “constitui um prelúdio fundamental do chamado para a violência contra ela” (GRAHAM, 2016, p. 68).

Aqui, a heterogeneidade e cosmopolitismo das cidades contemporâneas entram na mira dos fundamentalismos culturais e étnicos na tentativa de formar comunidades políticas baseadas em certezas estereotipadas – em detrimento da complexidade natural do urbano. Além disso, graças a retórica difusa da Guerra ao Terror, quase toda forma de resistência ao poder soberano pode ser rotulada como terrorista; o inimigo deixa de ser somente o terrorista racializado de um país inimigo para ocupar também outras categorias, como dissidentes antiguerra, ativistas, *hackers*, artistas e pesquisadores críticos. Mesmo um grupo de pessoas que se reúna nas ruas e não esteja ocupado com o consumo se torna alvo suspeito (GRAHAM, 2016).

Além disso, devemos salientar que a colonização da práxis urbana por ideias militarizadas não vem de uma única fonte, mas de uma gama complexa de articuladores, englobando não só os setores militar e de segurança, como também os de comunicação, vigilância e entretenimento. Abrange também laboratórios de

pesquisa e universidades corporativas, além de uma crescente massa de pensadores militares, que procuram vender soluções de segurança como “balas de prata para solucionar problemas sociais complexos” (GRAHAM, 2016, p. 37).

As economias políticas que as sustentam, todavia, se concentram especificamente nos grupos de elite financeiros do capitalismo neoliberal. Isso é relevante se observarmos que, enquanto na perspectiva do Norte Global a retórica da “militarização da questão urbana” se apoia no protagonismo da Guerra ao Terror e suas variantes, no Sul Global, em contraste, ela é impulsionada pelo combate à criminalidade violenta ordinária (associada ou não ao crime organizado). No Brasil, os fundamentos dessa militarização residem em sentimentos difusos e constantes de medo e insegurança, reverberados e retroalimentados pela mídia e pelas redes político-eleitorais – mesmo que a relação entre esses sentimentos e a incidência objetiva de crimes não seja necessariamente linear. Portanto, ainda que em uma primeira impressão as duas regiões se ocupem com inimigos distintos, os fatores econômicos globais atravessam suas práticas de modo semelhante: reside nas entrelinhas dos esforços de militarização de Norte e Sul Globais a preocupação em combater quaisquer agentes perturbadores da ordem sócio-espacial hegemônica do capitalismo neoliberal, sejam eles terroristas, movimentos sociais emancipatórios, antissistêmicos, resistentes à gentrificação ou antagonistas às instituições financeiras (GRAHAM, 2016).

Pela mesma lógica, compreende-se que a permeação da violência organizada nas cidades também está atrelada às transformações urbanas do planejamento estatal, em prol da implementação de programas de renovação, modernização, limpeza (física e de pessoas), de concorrência econômica e da acumulação de capital especulativo. Mesmo em tempos de paz, essas operações envolvem certo nível de aplicação bélica de violência, expulsão forçada e aniquilação de locais e indivíduos ameaçadores. Tentativas de securitizar centros urbanos durante eventos esportivos, políticos e desastres naturais também configuram circunstâncias notórias para a apologética estatal de operações militarizadas de “baixa intensidade” (GRAHAM, 2016).

Bons exemplos disso são a reação militar norte-americana à passagem do Furacão Katrina em Nova Orleans, em 2005, e o circuito de operações mobilizado na cidade do Rio de Janeiro até 2016, por advento dos Jogos Olímpicos. No primeiro caso, a reação altamente militarizada em resposta ao desastre natural ocorrido na

cidade predominantemente afro-americana de Nova Orleans tornou explícito o tratamento a esses cidadãos como refugiados em sua própria terra. Não apenas as ações militares, mas também os comentários da mídia de direita⁹, sustentavam que uma aproximação metódica à maneira das contenções civis de Bagdá seria necessária para retomar a cidade de insurgências que ameaçavam as populações brancas dos subúrbios abastados. Em vez de uma resposta humanitária, portanto, a operação nacional cancelava uma resposta violenta contra inimigos internos “racializados e biopoliticamente descartáveis” (GRAHAM, 2016, p. 77).

Já no caso brasileiro, as operações militarizadas de “baixa intensidade” no contexto dos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, se manifestaram sob múltiplos pretextos. Ainda que as repetidas investidas da “guerra às drogas” e da “pacificação” de favelas configurem o exemplo mais notório e violento dessas operações, outro particularmente insidioso ocorreu na instrumentalização do Centro de Operações Rio (COR). Inaugurado na cidade do Rio de Janeiro em 2010, através da parceria entre o poder público municipal e a empresa norte-americana IBM, o sistema, composto por sensores e dispositivos de vigilância conectados a uma grande central de controle, promete monitorar a cidade de forma a antecipar soluções e responder rapidamente a emergências, como chuvas fortes, deslizamentos de terra e acidentes de trânsito.

Entretanto, Greenfield (2013) denuncia que esse sistema foi continuamente utilizado como subterfúgio para legitimar ações de despejo e violência policial em favelas, em paralelo às iniciativas de embelezamento da cidade que sediou o grande evento esportivo em 2016. Mesmo sob o argumento do COR que o trabalho realizado é fundamentalmente não ideológico, a captação e apreensão unidirecional dos dados instrumentaliza sua operação em favor de práticas militarizadas de controle. Sendo assim, o autor questiona: por que não disponibilizar aos residentes das favelas os dados coletados, permitindo que os mesmos cheguem às suas próprias conclusões sobre as melhores medidas para seu bem-estar? Se os deslizamentos são uma preocupação legítima, por que não assumir que os residentes são capazes de agenciamento, ao invés de empregar uso de força militar para os expulsarem de suas

⁹ Novamente, Graham (2016) cita como exemplo de apoio midiático o texto de Nicole Gelinas para a revista *City Journal* de 2007, intitulado “*Baghdad on the Bayou: to recover from Katrina, New Orleans must defeat the criminals who terrorize its streets*” (Bagdá no Bayou: para se recuperar do Katrina, Nova Orleans precisa derrotar os criminosos que aterrorizam suas ruas, em tradução livre). Disponível em <<https://www.city-journal.org/html/baghdad-bayou-13007.html>>. Acesso em 15 jan. de 2023.

casas? A distribuição dos dados sobre os riscos de deslizamento, utilizando-os como base de um diálogo público sobre as medidas necessárias, seria preferível ao despejo forçado, tanto a nível prático quanto moral. Mas não é esse o *modus operandi* do Centro. Portanto, ainda que à instituição seja confiada uma miríade de informações e a responsabilidade de analisar os fluxos urbanos, ela não necessariamente produz formas de gestão democrática.

Figura 1 – Centro de Operações Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.



Fonte: retirado de <<http://cor.rio/institucional/>>. Acesso em: 01 jun. de 2019.

Como se observa, a combinação entre o novo urbanismo militar e suas doutrinas (paradoxalmente) antiurbanas é incendiária. Ela tipifica as cidades, sejam distantes ou domésticas, como campos de batalha ameaçadores aos enclaves fundamentais da economia financeira globalizada. De todo modo, há de se reconhecer que essa imposição ideológica dos agentes econômicos na produção das cidades globais, ampliada por articuladores do setor midiático e de propaganda, dá luz a uma representação bastante específica de cidade, a chamada “cidade oficial”, com grandes impactos na compreensão do todo urbano. Sobreposta à cidade real e suas necessidades concretas, a “cidade oficial” do capitalismo neoliberal adota múltiplas camadas de ficção e retórica, a fim de colonizar o imaginário civil e promovê-la como única concepção adequada de cidade. Sendo assim, o subcapítulo a seguir se ocupará em investigar a “cidade oficial”, trazendo suas representações à luz da teoria crítica das cidades instrumentalizadas.

1.3. Cidades instrumentalizadas e suas narrativas

Além da sua relação intrínseca com o capitalismo financeiro neoliberal, outro fator que promove o novo urbanismo militar é o fato da “cidade oficial” e suas guerras serem amplamente desempenhadas e consumidas como espetáculos visuais e discursivos, sobretudo nos espaços imagéticos eletrônicos. Essas guerras, embasadas pela premissa de que a mobilização permanente é fundamental na manutenção da soberania da “pátria” e da segurança pública, progressivamente “assumem a forma de mecanismos midiáticos e são determinadas como grandes intrusões na cultura visual, que são misturadas à materialidade de fato e às práticas da esfera pública e as substituem” (GRAHAM, 2016, p. 131).

Esses circuitos visuais e discursivos, à medida em que aderem significado às cidades do novo urbanismo militar e suas guerras, conferem a elas legitimidade e consentimento civil. Ao mesmo tempo, as distinções entre guerra, simulação militar, notícias e entretenimento se tornam cada vez mais diluídas e insignificantes. A profusão de dispositivos de imagem digital, por exemplo, oferece material vasto para *reality shows* e programas policiais, proporcionando aos cidadãos uma experiência sensacionalista e erotizada da violência urbana. Nesse quesito, a invasão norte-americana ao Iraque em 2003 foi pioneira, graças a coordenação de um espetáculo midiático da guerra, com *sítes* interativos, modelos 3D e mapas com alvos demarcados (GRAHAM, 2016).

Em termos gerais, observa-se que o noticiário da grande mídia ao mesmo tempo contribui e se beneficia dos discursos de medo, insegurança e violência que legitimam o novo urbanismo militar – já que as atividades terroristas são eventos de alta visibilidade, produzindo mais espectadores e leitores. Assim, urbanismo militar e cobertura midiática se revelam simbióticos: um pela manutenção de sua hegemonia política e ideológica e a outra pelo sucesso comercial. Nesse processo, tornou-se comum que teóricos militares hoje descrevam os circuitos midiáticos da TV e da internet como “armas virtuais nos domínios cruciais da guerra de informação” (GRAHAM, 2016, p. 135).

Além desse fenômeno de simbiose entre mídia e violência, pode-se afirmar que a instrumentalização das cidades também se legitima através de iniciativas no campo da propaganda, da arquitetura e do design, que buscam atribuir a esse processo de difusão de dispositivos o surgimento de cidades intrinsecamente tecnófilas, *high-tech*,

eficientes e atrativas para os setores econômico e do desenvolvimento civil. Mesmo que a princípio suas características pareçam bastante distintas do novo urbanismo militar, o desenvolvimento dessas “cidades oficiais” através da imposição aos cidadãos de dispositivos de monitoramento e controle já nos são bastante familiares. Se essas retóricas complementares ao novo urbanismo militar podem ser levadas a sério – e devem, visto que sinalizam novas tendências da ecologia digital urbana e influenciam a aplicação de recursos financeiros da gestão pública – é imperativo que as perscrutemos, a fim de determinar quais valores elas incutem no design da cidade e, por consequência, em nossas práticas e vivências urbanas (GREENFIELD, 2013).

Nesse campo, a narrativa mais popular na consolidação de um imaginário de cidade instrumentalizada é a das *smart cities*, ou cidades inteligentes. Aqui, tanto Adam Greenfield (2013) quanto Raquel Rennó (2016) convergem para um conceito similar de *smart city*: de acordo com os autores, num primeiro momento a expressão era utilizada em referência a um pequeno número de cidades canônicas, como Masdar (nos Emirados Árabes) e Nova Songdo (na Coreia do Sul), onde a instrumentalização da cidade, através de sensores e dispositivos digitais, foi planejada desde sua fundação. Entendendo as cidades canônicas como protótipos de referência à implementação de dispositivos, uma segunda definição amplia o conceito de cidade inteligente para casos onde as tecnologias são incorporadas ao tecido urbano pré-existente. Essa segunda definição também reconhece as interfaces dos celulares e *tablets* como possíveis receptores e emissores de dados granulares, inserindo novas variáveis nos sistemas de invasão da privacidade e rastreamento (BEIGUELMAN, 2016).

Invariavelmente, o objetivo derradeiro dessas cidades permanece o mesmo: através da expansão dos dispositivos para o contexto das cidades, objetiva-se centralizar os dados produzidos e analisá-los em tempo real. Isto, como nos é dito, faria com que toda dinâmica urbana previamente opaca se tornasse compreensível e acionável pelos gestores municipais, permitindo a otimização dos fluxos de massa, energia e informação que constituem o espaço urbano (GREENFIELD, 2013). A *smart city*, portanto, nada mais é do que o fruto da geração, captação e análise contínua dos dados através do Big Data, sistema computacional que implica o mais profuso armazenamento de dados, para que tudo esteja disponível, visualizável e calculável. Segundo Rennó (2016), isso é factível à medida que a computação distribuída e a análise granular permitem que os dados, em sua maioria gerados pelo cidadão, sejam

administrados e analisados por grandes empresas de tecnologia que dominam o setor, tais como IBM, Google, Microsoft, Siemens, Cisco Systems e Telefônica. Nesse sistema, a cidade inteligente está subordinada ao consumo de dispositivos conectados, sobrepondo ao cidadão o que Birchall (2017) chama de *shareveillance*: articulado entre *sharing* (compartilhamento) e *veillance* (vigília), o indivíduo *shareveillant* é aquele condicionado ao estado contínuo de produção e análise de dados, de ser vigilante e vigiado. Sendo assim, somos “monitorados a partir dos dados que doamos, de forma consciente ou inconsciente, num arco heterogêneo e complexo, que vai das redes sociais à emissão de documentos, como passaportes e RGs com *chip*” (BEIGUELMAN, 2020, p. 30).

Para Greenfield (2013), contudo, a hegemonia dessas grandes empresas vai muito além da centralização massiva dos dados: diz respeito também aos sistemas técnicos nos quais essas cidades estão fundadas, assim como à retórica que as unem num conceito pleno de *smart city*. Analisando a retórica de *smart city*, podemos observar que a visão teleológica de otimização dos fluxos que ela preconiza se impõe de maneira contrastante ao organismo heterogêneo e permeado de contradições que define a cidade contemporânea (RENNÓ, 2016). Com efeito, a cegueira compulsória da cidade inteligente às fricções da experiência urbana são perceptíveis desde seu projeto, predicado em espaços e tempos genéricos, na assepsia das imagens *renderizadas* dos materiais publicitários (GREENFIELD, 2013), até a culminação do que Rennó (2016) chama de “cidades soporíferas”, limpas não só de carbono, mas também de imprevisibilidade e contradição.

Essa postura de abstrair as rugosidades do contexto urbano é herança do discurso das tecnologias de informação ao longo das últimas três décadas, que nos levava a crer na autonomia entre mundo real e virtual, e numa possível transição da urbe para o ciberespaço (KOOLHAAS, 2014). Os avanços da Realidade Aumentada, de tecnologias vestíveis como o Google Glass (WISNIK, 2018), da nanotecnologia, dos sistemas de biometria e as iniciativas cada vez mais comuns (e coercitivas) de vincular nossas identidades reais e virtuais (VELDEN; KRUK, 2013), porém, são testemunhas do anacronismo desse discurso. Assim, parece seguro atestar o *download* das camadas virtuais e sua reabsorção pelo físico. Nesse sentido, os desafios do design contemporâneo estão cada vez mais associados ao movimento de corpos reais em espaços reais (BEIGUELMAN, 2016).

Por sua vez, o próprio conceito de otimização dos fluxos da *smart city* denuncia um positivismo lógico que encara a cidade como algo perfeitamente compreensível, mensurável e cujas relações podem ser codificadas por sistemas técnicos com transparência e imparcialidade. Para Greenfield (2013), a ênfase no conceito de eficiência e otimização é um caso claro de contaminação semântica, onde esses, caros à cultura das máquinas, são atribuídos inadequadamente à entidade mutável da cidade. Para o autor, esse deslize conceitual resulta num discurso que prioriza fluxos específicos em detrimento de outros valores fundamentais à cidade. É o caso de eleger o fluxo de automóveis, mas negligenciar a emissão de poluentes ou a disparidade econômica entre os que circulam pela cidade. Nesse caso, reduzir o problema à gestão dos fluxos certamente facilita sua resolução por sistemas algorítmicos, mas não democratiza a mobilidade urbana nem atenua seu impacto ambiental (RENNÓ, 2016).

Segundo Greenfield (2013), quando interpelados sobre seu conceito de *smart city*, os executivos da IBM argumentam que os dados "são apenas dados", isto é, são inerentemente neutros. Entretanto, emprestar aos dados esse falso brilho de neutralidade e objetividade científica ofusca a realidade de que a autoria desses algoritmos e suas taxonomias, destinados à distribuição de recursos cívicos, é intrinsecamente política. Mais do que isso, esse argumento ofusca propositalmente os aspectos laborais por trás dos dispositivos, majoritariamente ocupada por forças de trabalho mal pagas e pauperizadas. Esses, chamados *turkers*, trabalham no "subterrâneo" das *smart cities*, nas *Human Intelligence Tasks* (HITs ou Tarefas de Inteligência Humana, tradução nossa), integrais à construção dos bancos de dados que servem às inteligências artificiais dos dispositivos (MORESCHI, 2020).

Segundo Rennó (2016), enquanto o discurso que retrata as cidades como um todo caótico não é novidade na história do urbanismo, ele é particularmente atrativo no contexto de países emergentes, sobretudo os latino-americanos, cujas cidades são atravessadas por históricos processos de violência e inoperância. É o caso do Brasil, onde sistemas como o já citado Centro de Operações Rio (COR), na cidade do Rio de Janeiro, e o Sistema Detecta¹⁰, na cidade de São Paulo, são epítomes desse tipo de

¹⁰ Fundado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em parceria com a Microsoft, é um sistema integrador de dados composto por sistemas de monitoramento e um sistema de bancos de dados. Cf. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. "Cartilha de adesão ao sistema detecta - V3.0", 2017.

dispositivos de monitoramento e controle (GREENFIELD, 2013). Nesses casos, verdadeiras salas de controle são projetadas pela iniciativa público-privada, aumentando exponencialmente o número de câmeras pela cidade e as possibilidades de cruzamento entre bancos de dados biométricos e biográficos¹¹ (RENNÓ, 2016).

Figura 2 – Sistema Detecta na sede do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM). São Paulo, 2017.



Fonte: retirado de <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/detecta-monitora-o-estado-de-sao-paulo-com-3-mil-cameras-de-video/>>. Acesso em: 20 dez. de 2022.

De forma complementar às afirmações de Graham (2016) sobre a militarização das cidades, Greenfield (2013) denuncia a capacidade inerente dos ambientes instrumentalizados de contribuírem em exercícios de violência e autoritarismo. Para o autor, essa mesma couraça tecnológica que compõe a retórica de eficiência e otimização da *smart city* pode contribuir para práticas de opressão, equipando instituições autoritárias com um arsenal de ferramentas de monitoramento e controle. Essa reversibilidade do aparato da *smart city* em práticas de autoritarismo demonstra a facilidade com que as tecnologias podem ser recombinaadas, posto que utilizam o mesmo vocabulário de programação algorítmica e código binário, o que permite que seus módulos individuais possam ser reconfigurados em novas propostas

¹¹ Por "dados biométricos" entende-se o conjunto de dados produzidos através da análise e medição de informações fisiológicas tais como impressões digitais, código genético, estrutura facial e íris. Por "dados biográficos" entende-se o conjunto de dados documentais, tais como registros cívicos, nome, data de nascimento, cidade de nascimento e filiação.

(GREENFIELD, 2013). É o que possibilita, por exemplo, a busca inteligente por indivíduos ou grupos, pela combinação de imagens obtidas através da mineração de dados com a vigilância biométrica de *drones* (WISNIK, 2018).

Figura 3 – Porta interativa digital em estação de metrô da Linha 4 - Amarela.



Fonte: retirado de <<https://mobilidadesampa.com.br/2018/04/viaquatro-lanca-portas-interativas-digitais-nas-plataformas-da-linha-4-amarela/>>. Acesso em: 20 dez. de 2022.

Em outros casos, possibilita que um código que analisa dados biométricos para controle de acesso possa ser recombinação a interfaces voltadas à publicidade direcionada – como ocorrido na Linha 4-Amarela do metrô da cidade de São Paulo, administrada pela concessionária ViaQuatro, entre abril e agosto de 2018. Nesse caso emblemático, a ViaQuatro instalou em três estações de metrô o que chamava de “portas interativas digitais”, dispositivo composto por telas digitais, programas de reconhecimento facial e câmeras. Sob o pretexto de aprimorar a transmissão de informações aos passageiros da linha amarela, esse dispositivo identificava a presença dos usuários do metrô que assistiam aos anúncios comerciais e institucionais transmitidos nas telas e interpretava seus dados faciais nas categorias de idade (criança, jovem e adulto), gênero (masculino e feminino) e emoções (feliz, insatisfeito, surpreso e neutro). Como defende Harald Zwetkoff, presidente da ViaQuatro, o dispositivo permitiria a sistematização desses dados de modo a “colaborar na criação de novas estratégias para públicos específicos, visando mais

efetividade na troca de mensagens importantes ou mesmo o incremento em vendas” (MEIER, 2018).

A operação desse sistema, no entanto, teve vida curta. Em agosto de 2018 a concessionária foi alvo de ação civil pública, mobilizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que constatou irregularidade na captação de dados sem consentimento do usuário de metrô como forma de obter vantagem comercial na venda de publicidade. Segundo a entidade, não havia indicação aos passageiros da existência desse dispositivo, de modo a permitir o não consentimento e garantir que seus dados biométricos não seriam armazenados. Além disso, os dispositivos não garantiam a proteção de imagem de crianças e adolescentes como prevista na Constituição Federal (CONVERGÊNCIA DIGITAL, 2018). Logo em setembro, levando em conta a ação civil pública do Idec, a Justiça de São Paulo determinou o desligamento dos dispositivos (G1 SÃO PAULO, 2018).

Contemporâneo a essa pesquisa, um exemplo ainda mais significativo de apropriação retórica da *smart city* em São Paulo é o desenvolvimento da plataforma *Smart Sampa*, iniciativa da Secretaria Municipal de Segurança Pública oficializada em 2022. De acordo com o termo de referência do pregão eletrônico de contratação dos serviços, a plataforma tem previsão de integrar mais de 20 mil câmeras até 2024 com um investimento de R\$ 70 milhões por ano, buscando ampliar e modernizar a rede de monitoramento por câmeras, assim “agregando o conceito de Cidades Inteligentes” (SÃO PAULO, 2022a). Entre o arsenal de câmeras se prevê a utilização de monitoramento de calor, dedicado a áreas com adensamento vegetal. A plataforma também promete maior eficácia e agilidade no atendimento de ocorrências da Guarda Civil Metropolitana, além de integrar serviços municipais, como CET, SAMU, Defesa Civil e GCM, em uma única plataforma por meio da criação de uma Central de Monitoramento Integrada. O sistema também será complementado com imagens capturadas por *drones*, câmeras corporais e veiculares. Segundo o documento, a *Smart Sampa* possibilitará um monitoramento mais inteligente graças ao uso de analíticos, que garantiriam a filtragem instantânea de imagens de ocorrências (SÃO PAULO, 2022a).

Ainda que a plataforma *Smart Sampa* se utilize extensivamente da retórica de eficiência da *smart city*, uma análise mais detalhada desses analíticos expõe o caráter violento, racista e aporofóbico dos seus algoritmos – fato que fez o pregão ser alvo de críticas de diferentes setores da sociedade e, por conta disso, ser suspenso

temporariamente. Isso porque, entre os analíticos citados¹², o de rastreamento de pessoas tem como requisito “rastrear uma pessoa suspeita, monitorando todos os movimentos e atividades. A pesquisa deve ser feita por diferentes tipos de características como cor, face e outras características” (SÃO PAULO, 2022b). Em outro momento, quando apresenta os analíticos mínimos requeridos para as câmeras que serão instaladas, o documento cita “vadiagem” como um dos analíticos para comportamento suspeito (SÃO PAULO, 2022b).

Isso é relevante à medida em que se acumulam casos globais de racismo algorítmico, não necessariamente porque os algoritmos são preconceituosos em si (são um conjunto de regras matemáticas), mas porque os bancos de dados que os modelam refletem a presença de racismo estrutural das culturas onde estão inscritas (BEIGUELMAN, 2021b). De fato, um relatório feito pela Rede de Observatórios da Segurança em 2019 apontou que 90,5% dos presos através de sistemas de reconhecimento facial no Brasil eram negros (NUNES, 2019). Além disso, estudos como os de Buolamwini e Gebru (2018) reforçam a denúncia de que sistemas de classificação algorítmica possuem baixas taxas de acerto entre pessoas negras, sobretudo as do sexo feminino, aprofundando os casos de racismo estrutural no país.

Por sua vez, o requisito de analíticos para detectar “vadiagem” remete à octogenária Lei das Contravenções Penais¹³, cujo Artigo 59 criminaliza quem se “[entrega] habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (BRASIL, 1941). Esse trecho da lei remete e atualiza o crime de “vadiagem” que constava no Código Penal de 1889, contemporânea da abolição da escravidão no país, e que tinha como principais alvos os ex-escravizados que não tinham emprego ou moradia (CUT BRASIL, 2022). Um projeto de lei, porém, quer revogar esse artigo da lei, defendendo que “a pretensão punitiva da vadiagem configura, senão um deboche, uma dupla punição a milhares de brasileiras e brasileiros vitimados pelo desemprego, pela fome e pelo descaso do estado” (AUGUSTO, 2022).

¹² Os analíticos listados no documento são: de detecção de movimento / de perímetro / cerca virtual; de reconhecimento facial; de rastreamento de pessoas; de rastreamento e análise de objetos; de rastreamento e análise de veículos; de tempo de permanência; e de leitura automática de placas [de automóveis] / de fluxo de veículos.

¹³ Decreto-Lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Portanto, a multiplicação de dispositivos, como os almejados pela *Smart Sampa*, traz à tona o risco real de imposição de novas modalidades de exclusão social e violência. Assim, mesmo que essas tecnologias tenham como primeira premissa produzir contextos de eficiência e igualdade, é comum vermos essas expectativas frustradas, pois os sistemas que deveriam representá-las são capturados pelas concentrações de poder vigentes, absorvendo quaisquer valores e prioridades incutidos em seu ato de reprogramação (GREENFIELD, 2017). Isto significa que devemos avaliá-las pelas circunstâncias reais que elas produzem, independentemente das intenções conceituais de seu programador (BEER, 2002).

De acordo com Greenfield (2017), é no abismo entre as promessas *tecnoutópicas* e os contextos que essas tecnologias produzem que reside o aspecto mais enganoso da retórica das cidades instrumentalizadas. E ainda assim, a centralização dos dados e a possibilidade de práticas de autoritarismo não criam sobressaltos entre os cidadãos, resguardada esteja a eficiência dos fluxos e serviços da cidade. Segundo o autor, isto é indicativo de uma inércia coletiva, motivada pela dependência crescente à infraestrutura de data centers, dispositivos e interfaces que permeiam nossos caminhos pela cidade, o espaço de trabalho, a vida familiar e social, e até nossos processos cognitivos.

Nesse cenário de domesticação dos corpos, a aparente continuidade entre sistemas heterogêneos e o escamoteamento dos mecanismos de operação da cidade inteligente produz uma aura de abstração em torno de como seus dispositivos digitais funcionam. Perceptível na iconografia infantil dos sistemas em "nuvem", nos nomes onomatopaicos (Google, Yahoo, Apple), nos tons pastéis e no design "sem pontas" dos *gadgets*, essa estratégia retórica e estética insinua que podemos expurgar de nossas vidas urbanas quaisquer inconveniências, bastando confiá-las aos sistemas que operam nos bastidores da cidade. Incapaz de conviver com o envelhecimento do espaço e as asperezas do que é natural, a arquitetura *high-tech* promulgada é aquela alinhada à clonagem da memória, cujos projetos prometem a recuperação do passado histórico por verdadeiras injeções de botox na paisagem urbana, conferindo ao cidadão a experiência permanente dos cartões postais (BEIGUELMAN, 2016).

Desse modo, esse projeto de invisibilidade dos sistemas em rede e lisura da experiência urbana produz efeitos significativos na apropriação crítica da cidade. Tanto Greenfield (2013) quanto Rennó (2016) apontam para o risco desses sistemas tecnológicos reduzirem os cidadãos a um regime de uso estritamente funcionário,

problemático não só quando os sistemas falham (já que a pouca compreensão do seu funcionamento torna difícil o seu diagnóstico) como também quando nos poupamos das experiências que ocorrem em suas "margens", que nos fazem refletir sobre nossos valores e crenças - fundamental à atualização do exercício de cidadania. Ainda que esse subcapítulo tenha feito o exercício de mapear as narrativas dessas cidades, assim como delinear parte de suas consequências para a esfera urbana, seus efeitos na construção subjetiva e coletiva das noções de cidadania e cosmopolitismo são ainda mais profundos. Para melhor compreendê-los, devemos cotejar as práticas das cidades instrumentalizadas e seus dispositivos com a construção subjetiva dos cidadãos das cidades globais.

1.4. Cidadão, consumidor, soldado, alvo

Enquanto inicialmente o conjunto de transformações na vida urbana pela instrumentalização das cidades se deu por tecnologias relativamente desarticuladas entre si, o fato de operarem através da mesma linguagem de programação digital abre a possibilidade de integrarem-se a outras técnicas recém-disponíveis em proposições ainda mais complexas. Esse processo de integração, por sua vez, abre caminho para novas possibilidades de comportamento dessas tecnologias e novas texturas do cotidiano, muito além das intenções originais de projeto de cada tecnologia. Nesse sentido, entende-se que as circunstâncias transformadoras do espaço urbano não advêm da tecnologia digital isolada, mas de sua capacidade de atuar como dispositivo conectado (GREENFIELD, 2017).

Com efeito, Giorgio Agamben (2005) define a fase extrema de consolidação capitalista que vivemos como uma gigantesca proliferação e acumulação de dispositivos. Enquanto pode-se argumentar que os dispositivos existem desde os primórdios do *homo sapiens*, não haveria hoje um único instante de nossas vidas que não seja permeado e mediado por algum dispositivo. Nesse contexto, o autor entende o conceito de dispositivo não como instrumento, mas no seu sentido filosófico de rede que se estabelece entre os elementos de um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico ou não-linguístico. Para o autor, o dispositivo tem qualidade de "rede", pois inclui em si a episteme do conjunto, e sempre está inscrito em uma relação de poder, com uma função estratégica concreta. Assim, generalizando a classe dos dispositivos a partir do seu gene *foucaultiano*, Agamben

caracteriza-os como qualquer conjunto que tenha a capacidade de capturar, controlar ou orientar os gestos, as condutas e as opiniões dos seres viventes. Portanto, não somente as prisões, as escolas, as fábricas, os manicômios e as medidas jurídicas (cuja conexão com o poder é evidente), mas também os computadores, os telefones celulares e as redes virtuais – como as plataformas de comércio e mídias sociais, que atuam como espaços de compartilhamento, comunicação e distribuição (BIRCHALL, 2017).

Segundo Agamben (2005), todo dispositivo visa, enquanto máquina de governo, criar corpos dóceis através de processos de subjetivação, sem os quais qualquer tentativa de domesticação se reduziria a um exercício de violência. Em contrapartida, na sua interação com os múltiplos dispositivos que o capturam, o ser vivente se torna lugar de múltiplos processos de subjetivação: o operário, o escritor de romances, o amante de dança, entre outros. Todavia, no que tange aos dispositivos da atual fase do capitalismo globalizado, o autor defende que esses agem sobretudo por processos de "dessubjetivação", ou seja, que não correspondem a nenhuma subjetivação real. O usuário que se deixa capturar pelo dispositivo do telefone celular ou o espectador assíduo de televisão, independentemente do desejo que os impulsionam, não adquirem por isso uma nova subjetividade, mas somente um registro impessoal de seu número de chamada ou dos índices de audiência.

Portanto, à difusão de dispositivos que caracteriza a instrumentalização das grandes cidades globais concorre uma igualmente ilimitada proliferação de processos de dessubjetivação. De fato, Jonathan Crary (2016) identifica, desde as décadas finais do século XX, uma profunda dependência entre sujeito e dispositivos digitais, que induzem o cidadão à manutenção contínua da economia de compartilhamento de dados, sem a qual seríamos expurgados da esfera da comunicação social e da capacidade de gestão de outras necessidades cotidianas. Nessa lógica, Graham (2016) compreende que, aos movimentos e ações do indivíduo entre os diferentes espaços da cidade concorre o desenvolvimento paralelo do seu "titular de dados" ou "indivíduo estatístico", ou seja, seu agregado de históricos e rastros eletrônicos "como uma forma de julgar a legitimidade, os direitos, a lucratividade, a segurança ou o grau de ameaça de um indivíduo" (GRAHAM, 2016, p. 125). Esse processo de aprisionamento subliminar integra dados biométricos e padrões informacionais de comportamento e consumo para antecipar e sugerir novos comportamentos e

opiniões. Nesse maquinário sofisticado, a subjetividade é reinventada sob as rédeas do design corporativo globalizado (WISNIK, 2018).

Um dos produtos mais claros desse processo de esvaziamento do agenciamento coletivo é a popularização do debate sobre privacidade individual, frente à expansão dos sistemas de mineração de dados e de vigilância. Como defende Birchall (2017), ainda que esta seja importante na estruturação do nosso senso de identidade, o risco de apelarmos exclusivamente ao campo da privacidade é que esta não compreende a forma como o Big Data administra os dados coletados nem a subjetividade *shareveillant* em questão, reduzindo o agenciamento político ao invés de aumentá-lo. Segundo a autora, esta noção de privacidade imagina um Estado que viola os direitos individuais dos cidadãos, quando de fato o Big Data entende os cidadãos como um conjunto de dados agregados. Portanto, não está interessado nos rastros digitais individuais, mas sim em como seu conjunto permite uma varredura ampla para compreender os modos particularizados de medição afetiva e controle. Assim, a violação em questão é menos a intrusão no espaço privado e mais a negação do público como potencialmente político.

Observa-se ainda que esse processo de dessubjetivação está relacionado com a supressão do agenciamento pessoal e coletivo, fato observável na aceitação passiva da nova cultura de monitoramento digital das cidades instrumentalizadas. Distante das ficções *orwellianas*, “ela é absorvida e ativamente usada como meio de organizar novas expressões de mobilidade, identidade, sexualidade e vida cotidiana” (GRAHAM, 2016, p. 131). O resultado é uma paisagem de “segurança” progressivamente colonizada por práticas comerciais e militares e culturas cada vez mais temerosas de consumo e cidadania. Assim, cidadãos são mobilizados nos sistemas de consumo neoliberal e nas práticas culturais da chamada “economia do compartilhamento” – ambos atravessados pelo novo urbanismo militar – a oferecerem seus dados para análise, elaboração de perfis, determinação de alvos e avaliação de grau de ameaça. Isso porque o caráter abrangente do novo militarismo promove a construção de sistemas de visão digital que identifiquem e distingam “alvos anormais” camuflados nas cidades instrumentalizadas. Segundo Graham, esse processo é profundamente militarizado, visto que a identificação social, promulgada pela lei civil e pelas relações interpessoais, é progressivamente substituída pelo olhar mecanizado

dos dispositivos sobre “alvos” (GRAHAM, 2016). Citando o teórico de mídia Jordan Crandall¹⁴, Stephen Graham complementa:

Enquanto imagens civis se inserem em processos de identificação baseados na reflexão, [...] perspectivas militarizadas transformam os processos de identificação em “checagem de identidade” – uma via de mão única de identificação em que um conduto, um banco de dados e um corpo são alinhados e calibrados (CRANDALL, 1999 apud GRAHAM, 2016, p. 129). Dessa forma, por exemplo, cartões de transporte público com chip, sistemas de cobrança eletrônica de pedágio ou sistemas de vias urbanas centrais se metamorfoseiam em “triagens antiterroristas” para proteger “zonas de segurança”. A internet é apropriada como um sistema global de monitoramento financeiro e civil. [...] Tudo, de telefones celulares até passaportes, traz identificadores com microchips de radiofrequência que têm o potencial de transformar o objeto que os porta em dispositivos de rastreamento (GRAHAM, 2016, p. 129).

Nesse primeiro capítulo, observamos como a instrumentalização das cidades globais se atualiza através do novo urbanismo militar, que defende sua manutenção através de táticas maniqueístas e militarizadas de monitoramento e controle. À luz das cidades globais brasileiras, as teorias de Stephen Graham (2016) foram recontextualizadas sob o *locus* discursivo do Sul Global, explicitando a relação simbiótica entre os exercícios de violência e a midiaticização da insegurança. Além disso, vimos como as cidades instrumentalizadas se amparam na retórica e nas imagens da *smart city* para promover a difusão de dispositivos em seu território, intercalando múltiplos processos de dessubjetivação e de retração do agenciamento dos cidadãos inscritos em suas redes de poder político e econômico.

Portanto, no presente momento histórico, a manutenção do imaginário dessas cidades se deve à construção de uma estética particular, não apenas mediada como também constituída pelos dispositivos digitais em rede. Isso significa que disputas que tensionam essas cidades invariavelmente incorrem em uma gramática particular: a dos circuitos digitalizados, traduzida pela imagem digital, pela vídeo-denúncia, memética¹⁵, *deepfakes*¹⁶ entre outros. Ou seja, no presente momento histórico, a

¹⁴ CRANDALL, J. **Anything that Moves: Armed Vision**. *CTheory.net*, jun. 1999. Disponível em: <<https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/14615/5472>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹⁵ Estudo formal dos memes. A expressão *meme*, por sua vez, antecede sua aplicação sob o advento da internet: foi cunhada em 1976 pelo biólogo inglês Richard Dawkins em seu livro *O gene egoísta*. São os atributos que Dawkins associa aos memes o que explica a popularização do conceito em sua compreensão atual. Sendo assim, o meme é “uma unidade replicadora que se alastra por imitação, sempre sujeito à mutação e à mistura, e que funciona como resistência crítica” (BEIGUELMAN, 2021b, p. 180).

¹⁶ Neologismo oriundo da rede social Reddit, em novembro de 2017, refere-se à aplicação de tecnologias de aprendizagem profunda (*deep learning*) para fazer a troca de rostos, geralmente de pessoas notórias. A falsificação é o que remete ao *fake* da palavra. (BEIGUELMAN, 2021a)

politização da urbe não é mediada pela estética: ela é, efetivamente, a estética. Como é de se imaginar, esse processo de colonização e instrumentalização das cidades globais não se deu totalmente sem percalços, e muitos exemplos de práticas artísticas e de ativismo contrageográficos (que discutiremos no terceiro capítulo), ironicamente, operam nos mesmos dispositivos e suas chaves estéticas para denunciar e combater a instrumentalização através de táticas de monitoramento, controle e violência. Assim, para que possamos melhor compreender essas contrageografias, precisamos antes mapear a condição estética que incide sobre as cidades instrumentalizadas e seu dispositivos.

CAPÍTULO 2: IMAGENS EM CRISE

2.1. *Espaço-lixo: entre ruínas e ruídos*

Ao contrário do que esperava o pensamento moderno da primeira metade do século XX, o avanço técnico-científico não transformou a cidade no *locus* ordenado e homogêneo de progresso, mas em um organismo contraditório e entrópico. Sob a lógica da economia globalizada, o território urbano real estratificou-se entre “cidade oficial”, onde se concentram os investimentos públicos, e a grande massa excedente da cidade real, entregue à precariedade (WISNIK, 2017). Com propriedade, Rem Koolhaas (2014) aproxima esse fenômeno de estratificação urbana resultante da modernização – isto é, o produto colateral do capitalismo globalizado – à imagem do *space-junk*, dos detritos de satélites e sondas espaciais que poluem o universo, inaugurando o conceito de *junkspace*, ou espaço-lixo. Em sua definição, o espaço-lixo “é o que resta depois da modernização seguir o seu curso, ou mais concretamente o que se coagula enquanto a modernização está em marcha, o seu resíduo” (KOOLHAAS, 2014, p. 69).

Para o autor, o *junkspace* é a apoteose do programa moderno de partilha das bênçãos da ciência, onde a acumulação de tecnologias brilhantes, sistemas em rede e camadas de informação auguram o fim do *ethos* iluminista, revelado farsa. Conscientes disso, os agentes políticos e econômicos a quem atendem os fluxos financeiros do capitalismo globalizado – portanto promotores do *junkspace* – incutem na cidade real estratégias para camuflar os aspectos problemáticos do seu projeto específico de “cidade oficial”. Assim, o espaço-lixo revela-se intencional e político, posto que estabelece regimes de desorientação programada, em nome do conforto e prazer, para dissipar o agenciamento crítico cidadão. Coadunado aos valores da *smart city*, como faces de uma mesma moeda, o *junkspace* se vale da continuidade perceptiva de seus espaços, fomentando todo tipo de infraestruturas e dispositivos que garantam a expansão de sua bolha, do ar-condicionado até a internet sem fio, dedicados ao fluxo constante de endorfina e euforia enlatada (KOOLHAAS, 2014).

Com efeito, estruturas supermodernas como estradas, *shopping centers*, aeroportos e complexos de apartamentos de luxo são considerados “mais adequados” ao status global das cidades oficiais do que seu produto colateral nas cidades reais, como as favelas dilapidadas e as habitações informais da população redundante e pauperizada. Sendo assim, na consolidação do imaginário de uma “cidade do futuro”

esses espaços “arruinados” são ativamente obscurecidos (GRAHAM, 2016). Como analisa Wisnik (2018), essa constante alusão a um futuro brilhante em iminência, prometido na expansão das práticas de instrumentalização, diz muito sobre a forma como o espaço-lixo se relaciona com a memória da cidade, expressa na precariedade do trato com os espaços históricos e no ímpeto permanente de renovação tecnológica. De fato, se até então as noções de cidadania eram atualizadas no vínculo físico com a cidade, já imersos nas práticas do capitalismo globalizado assistimos a primazia de uma elite nômade e transnacional, que não imobilizam seu capital em imóveis-sede ou lastreiam fisicamente sua confiabilidade social. Ao mesmo tempo, muitos dos moradores históricos da cidade real são desalojados violentamente em razão da valorização imobiliária e pela existência de novas modalidades de locação, como o *Airbnb*. Enquanto a obsolescência ocupa o centro das práticas sociais e do design, simultaneamente passamos a registrar e arquivar toda e qualquer novidade:

Toneladas incalculáveis de fotos de férias passadas, que nunca mais serão vistas por ninguém, por exemplo, ficam guardadas, flutuando num futuro do pretérito imponderável, que constitui um lixo digital cada vez mais problemático na nossa sociedade arquivística. Essa febre cumulativa de informação, vinculada a uma memória real cada vez mais pauperizada, e a uma experiência de vida empobrecida, é paradoxalmente, o espelho invertido dos processos de “destruição criativa” que assolam o planeta no plano físico. (...) A Terra, de um lado, se torna obsolescente. A informação, de outro, almeja a perenidade (WISNIK, 2018, p. 111).

O produto real do *junkspace* e da militarização urbicida é, portanto, nefasto e caminha paralelamente às novíssimas ficções narrativas e imagéticas das *smart cities*. À abstração infantilizada em torno dos mecanismos de operação dos sistemas em nuvem e suas iconografias, por exemplo, concorrem investimentos massivos em fazendas de servidores, com grande impacto ambiental devido aos gastos contínuos de energia elétrica. Já as NFTs¹⁷, tal como valiosas *criptoartes* de mascotes símios¹⁸, explodem em popularidade ao mesmo tempo em que expandem o extrativismo neocolonialista de moedas virtuais em países do Sul Global como Irã e China,

¹⁷ O NFT, acrônimo para *Non-Fungible Token*, é um *token* (semelhante a uma escritura) que garante a propriedade de um item único, criptografado por *blockchain*. *Blockchain*, por sua vez, é um sistema de registro de informações que torna difícil alterar ou *hackear* a informação criptografada (MASTROBUONO, 2021a).

¹⁸ A *Bored Ape Yatch Club* é uma coleção de NFTs atrelada ao *blockchain* Ethereum, consistindo de símios gerados processualmente por um algoritmo. Em 2022, sua empresa-mãe Yuga Labs era avaliada em 4 bilhões de dólares.

acarretando no consumo incessante de eletricidade e na emissão de gás carbônico em grande volume (MASTROBUONO, 2021b).

Figura 4 – Fazenda de mineração de criptomoedas instalada ilegalmente dentro de mesquita no Irã, devido à concessão de energia gratuita para edifícios religiosos e governamentais, 2019.



Fonte: retirado de <<https://www.sp-arte.com/editorial/qual-o-dano-ambiental-das-nfts/>>. Acesso em: 20 dez. de 2022.

Sob a égide do capitalismo neoliberal, as cidades contemporâneas se consagram no paradoxo entre a acumulação de capital e de dispositivos (muito mais intensa que em qualquer outro momento histórico), a rápida expansão da destruição criativa militarizada e o esgotamento dos recursos naturais. Somados a isso, as catástrofes ecológicas cada vez mais recorrentes em função da atividade humana e o acúmulo avassalador de lixo eletrônico apontam para um futuro preocupante: se, por um lado, a exclusão social cresce vertiginosamente, do ponto de vista ambiental nos vemos todos unidos, rumo ao fim do antropoceno (WISNIK, 2018). O temor a esse futuro se agrava quando somos confrontados com a experiência cotidiana de perda de dados e da inoperância tecnológica. Assim, a despeito do design dos dispositivos e de suas interfaces, cuja estética acessível e sem pontas atende à lógica de consumo permanente, o que vem se revelando no horizonte é o convívio certo e cotidiano com a precariedade (BEIGUELMAN, 2019).

Cativos desse espaço urbano instrumentalizado, vivemos uma intensa reconfiguração de paradigmas estéticos e políticos, onde as noções de fronteira entre local e global, corpo e máquina, percepção subjetiva e marketing são constantemente

postas em dúvida. Um momento histórico de profunda incompreensão, estruturado por cidades excludentes e militarizadas e nas quais as informações, mesmo tão acessíveis, se apresentam frequentemente distorcidas e manipuladas. Nelas, sistemas complexos de controle dos fluxos de dados e capital operam numa escala global inédita, alheia à nossa compreensão – e por isso mesmo motriz de nossa passividade (WISNIK, 2018), enquanto dispositivos celulares, como as *microtelas* e sensores dos *smartphones*, nos acompanham de tal modo como se costurados à epiderme, nos transformando “em um híbrido de carne e conexão” (BEIGUELMAN, 2016, p. 21).

Essa redução na capacidade de distinguirmos e compreendermos o comportamento desses dispositivos digitais é representativa da percepção opaca que temos da cidade contemporânea. Opacidade essa que permeia não apenas a infraestrutura tecnológica das cidades contemporâneas – posto que contemplaria pouco mais que os espaços de poder da “cidade oficial” –, mas também todo dispositivo digital que atravessa as práticas culturais e de consumo. É o caso das grandes empresas de tecnologia como a Apple, cuja estética sedutora, firmada no design sem pontas, minimalista e de interfaces intuitivas, se promete em troca da confiança cega do usuário ao seu funcionamento, ou seja, na dissuasão de perscrutar sua “caixa preta” (WISNIK, 2018). Isso também se aplica aos aplicativos de *smartphones*, como as redes sociais Instagram, Twitter, Facebook e Whatsapp, cujas diretrizes de operação são constantemente tensionadas, dadas as circunstâncias onde essas causaram efeitos significativos no mundo real – os quais serão abordados nos próximos subcapítulos.

Paradoxalmente, essa opacidade é concomitante ao regime técnico e discursivo da nitidez, figurado na proliferação de imagens de alta resolução, no acesso instantâneo à informação através da internet e no mapeamento e decodificação permanente das cidades instrumentalizadas. (WISNIK, 2018). De fato, como primeiro precedente notório desse debate acerca do regime de nitidez, destaca-se o advento da câmera fotográfica e cinematográfica (nos séculos XIX e XX, respectivamente), cujos desdobramentos no campo estético das artes foram analisados por Walter Benjamin. Para o teórico, dada a capacidade técnica de superar a visão a olho nu, a câmera consegue revelar o objeto em sua totalidade, trazendo à tona cenas e detalhes até então despercebidos. Assim, enquanto a representação na pintura mantém uma distância “aurática” em relação ao objeto, a fotografia e o cinema penetram-no

profundamente, apresentando sua verdadeira natureza, um real oculto despido de artifícios (BENJAMIN, 2014).

Entretanto, a aposta de Benjamin no alcance da verdade objetiva através do progresso tecnológico foi se provando frágil, não resistindo ao desenvolvimento de técnicas de manipulação digital que, alcançando resultados cada vez mais difíceis de discernir do real, emanciparam as imagens “das coisas às quais se referem, constituindo uma trama autônoma e retórica, sem lastros verificáveis na realidade” (WISNIK, 2018, p. 97). Para tanto, se por um lado o debate das potencialidades estéticas do embaçamento visual e da manipulação digital é positiva para o campo das artes, o falseamento dos dados e a distorção do real na política e na ética implicam em graves distúrbios à manutenção da experiência cidadã, ainda que normalizados pela ação inexorável das mídias virtuais (WISNIK, 2018).

Extrapolando esta discussão para o campo dos dispositivos urbanos, sobretudo no contexto das *smart cities*, podemos compreender que suas narrativas de captação e centralização de dados, para revelar as camadas verdadeiras de informação que ditam o funcionamento dos fluxos da cidade, se nublam e complexificam. Essa condição paradoxal entre nitidez e opacidade, sintomática de uma contemporaneidade contaminada por uma semântica tecnófila enferrujada, é assim sumarizada por Wisnik:

Vemo-nos, portanto, diante de uma situação dual. De um lado, uma opacidade em relação à compreensão geral das coisas, à nossa capacidade de nos situarmos individual e coletivamente em um sistema-mundo globalizado que se tornou impalpável e especializado demais. De outro, uma nitidez excessiva no trato mais objetivo e cotidiano com as informações, promovida pelo aumento da acessibilidade, da proximidade e da ubiquidade. Regimes distintos de opacidade e nitidez que conformam traços fundamentais da experiência contemporânea, e cuja combinação paradoxal e subliminar não estamos sabendo perceber adequadamente (WISNIK, 2018, p. 89).

Fica claro, a partir desta discussão, que a noção moderna de que o desenvolvimento tecnológico traria progresso envelheceu e se demonstrou falsa – ou notoriamente excludente. A colonização das cidades contemporâneas pelos dispositivos digitais, por sua vez, ao mesmo tempo em que augura o fim desse pensamento, também rompe com sua razão estética de nitidez e razão objetiva (WISNIK, 2018). Sendo assim, quais são as estéticas genuinamente produzidas no ambiente cáustico do espaço-lixo? Quais delas dão conta de dialogar com as tensões de sua urbanidade?

De acordo com Beiguelman (2019), essas questões não tratam de um problema de escala ou formato, mas sim de registro. A lógica de descarte da matéria e da memória também se apresenta na rápida substituição dos padrões de alta resolução das imagens, que em pouco tempo transforma toda superqualidade em borrão. Nessa paisagem, o *glitch* dos ruídos de processamento e da corrupção de arquivos eletrônicos, enquanto estética contemporânea das obsolescências tecnológicas, se configura como contraponto crítico à visão linear de progresso da modernidade. De fato, o *glitch* já foi utilizado intencionalmente como recurso estético na segunda metade do século XX, popularizando-se no campo das artes visuais e da música na transição para o século XXI. Longe do prognóstico de estagnação ou catástrofe do espaço-lixo, ele nos permite repensar o avanço da instrumentalização urbana sob perspectivas menos eufóricas e passivas. Sendo assim:

[...] tecnologias mortas, mídias defuntas e ruínas arquitetônicas ganham uma nova potência. Ao operar como um contraponto ao discurso da juventude eterna, desafiam as exaustivas temporalidades que nos demandam um estado de alerta permanente, seja pela paranoica vigilância, seja pela histórica necessidade de estar sempre *up to date*. (...) A ruína urbana e tecnológica impõe-se assim como espaço crítico. Ela evoca a presença e a passagem do tempo e evidencia a complexidade do transitório e da impermanência, conferindo materialidade ao tempo em ação (BEIGUELMAN, 2016, p. 153).

2.2. Coronavírus e as imagens infiltradas

Esses paradigmas estéticos das cidades instrumentalizadas ganharam novos contornos de realidade durante a pandemia global do coronavírus (ou Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2), identificada em 2020 e tendo como primeiro foco de irradiação o mercado de Hankou, em Wuhan, China. Isso porque as medidas necessárias de precaução contra a propagação do vírus enunciam uma nova cultura urbana do isolamento, onde o distanciamento físico e as novas modalidades de trabalho remoto operam em detrimento do espaço público. Para além dos perigos da violência urbana, somam-se agora os riscos de contágio e morte, transformando todo o arcabouço narrativo das cidades globais e sua prerrogativa de mobilidade permanente em algóz de uma humanidade feita refém do capital. Consequentemente, a promessa econômica das elites nômades e transnacionais foi rapidamente suprimida por quarentenas e medidas de contenção geográfica. Em seu lugar, a pandemia traz em pauta uma nova forma de vigilância biopolítica e militarizada, proclamada na combinação entre os discursos de segurança e de saúde públicas.

Como defende Beiguelman (2020), isso implica em uma inversão radical dos status de mobilidade dos corpos sob a lógica globalizante. Assim:

Sua eficiência depende da convergência entre rastreabilidade e identidade, confluindo, em situações extremas como a do coronavírus, para uma outra hierarquia social entre os corpos imóveis e os móveis, entre quem é visível e quem é invisível perante o Estado e pelos algoritmos corporativos.

São os que podem parar, ficar em casa, os imóveis, os que são rastreáveis, computáveis, vigiáveis e curáveis. No contexto “laboratorial” que a coronavida impôs, no qual a cumplicidade com o monitoramento é também uma prerrogativa de sobrevivência, o não-rastreado é aquele para o qual o Estado já havia voltado as costas. Na espiral da “coronavigilância”, o sujeito móvel é aquele invisível visível que nossa violência social teima em não enxergar (BEIGUELMAN, 2020, p. 26).

De fato, os esforços de contenção da pandemia do coronavírus se apoiam na combinação entre rastreamento de dados e sistemas estatísticos de saúde, de modo a gerenciar o movimento dos corpos urbanos. No caso do Estado de São Paulo, por exemplo, utiliza-se um sistema que analisa dados de celulares a partir da triangulação da posição geográfica do dispositivo em relação às antenas das operadoras de telecomunicação. Esta informação é, então, sistematizada no Gabinete de Crise do Governo de São Paulo, transformando-se em gráficos e “mapas de calor”, de modo a identificar as regiões municipais com maiores índices de movimento e aglomeração (G1 JORNAL NACIONAL, 2020).

Esse tipo de sistema não é um caso isolado no Brasil, mas presente no mundo todo, inaugurando diferentes níveis de biovigilância. No caso Chinês, por exemplo, as operações de controle se dão através de um aplicativo de saúde desenhado em cooperação com grandes empresas de tecnologia, gerando perfis dos cidadãos urbanos a partir de seus locais de residência, histórico de deslocamentos, resultados de testes de infecção, entre outros. A cor do perfil individual é o que determina se o usuário é passível de risco de infecção, determinando se esse poderá entrar em edifícios ou espaços públicos ou se deverá ser posto em quarentena. Exitosas no combate à disseminação do vírus, as autoridades chinesas apostam em sua capacidade tecnoautoritária para também combater a criminalidade, a poluição, encontrar foragidos e reprimir forças políticas contrárias ao regime político atual (BRADSHER; BUCKLEY; WANG, 2022).

Ainda que seja seguro afirmar que as táticas de monitoramento não sejam exclusivas dessa fase de combate ao coronavírus, a pandemia viabilizou uma ampla discussão sobre a possibilidade de ampliação dos dispositivos urbanos e o

progressivo alcance individual da digitalização de dados. Portanto, não somente os aplicativos ou *smartphones*, mas também as leituras biométricas (de temperatura, sinais vitais, entre outros) e os sensores infravermelhos, que mapeiam o corpo a nível molecular e cujo destino dos dados extraídos não temos conhecimento. Isso faz com que “a pergunta hoje não seja mais se seus dados serão coletados, mas sim por quem, de que forma e os possíveis destinos desses dados” (BEIGUELMAN, 2020, p. 28).

Mesmo que em grande parte esta extensão das práticas de vigilância não seja coercitiva, considerando o imperativo combate à disseminação do vírus, ela ainda assim ocorre no âmbito de novas formas de violência social. Isso porque essas práticas não levam em conta os casos de violência contra os invisibilizados urbanos, assim como atuam a despeito de novas modalidades de trabalho precarizado e sem direitos trabalhistas, normalizando a ascensão de um “lumpesinato digital”. Isso porque, enquanto para alguns o isolamento pode funcionar como um convite à introspecção e ao uso de novas tecnologias de comunicação e trabalho remoto, o mesmo não se aplica aos novos nômades do precariado: ambulantes, funcionários de limpeza, da construção civil, motoristas e entregadores de aplicativo, entre outros. Também não se aplica à grande maioria da população que, vulnerável e despida de recursos para manter essas tecnologias, é lançada às franjas do campo informacional, se tornando invisíveis à ação pública (BEIGUELMAN, 2022).

No Brasil, o combate ao coronavírus ganhou forte tom político e ideológico, visto a postura negacionista da gestão do então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023) e a conseqüente inação federal frente à grande crise de saúde pública que se instalava, com múltiplos ataques aos institutos científicos e de pesquisa. Em decorrência disso, a pandemia do coronavírus vitimou cerca de 698 mil brasileiros, segundo dados oficiais publicados até a conclusão desta dissertação (BRASIL, 2023). Nesse contexto nefasto de estagnação e insegurança perante o vírus, os levantes populares atualizaram os “janelaçõs”¹⁹ em estratégias audiovisuais de projeções públicas em fachadas e empenas de edifícios. Tomando a janela como único espaço possível de intrusão à *polis*, essas insatisfações coletivas se reconfiguraram em práticas e estéticas visuais capazes de atualizar os planos arquitetônicos da cidade como novas ágoras do contexto de isolamento social.

¹⁹ Mobilizações coletivas e populares, os “janelaçõs” frequentemente ocorriam simultaneamente aos pronunciamentos presidenciais na televisão, fazendo barulho e entoando palavras de ordem política diretamente de suas casas e apartamentos.

Figura 5 (à esquerda) – Jenny Holzer, *Kriegszustand* (projeção laser no Monumento da Batalha das Nações, em Leipzig, Alemanha. 1996).

Figura 6 (à direita) – Projetemos (projeção em empena do Congresso Nacional de Brasília, 8 de janeiro de 2023).



Fontes: Figura 4 retirada de <<http://www.adegraf.org.br/artigo/2019/09/do-design-a-arte-contemporanea/>>. Acesso em: 10 jan. de 2023; Figura 5 retirada de: <<https://www.instagram.com/p/CnK7enCv7Ui/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Atravessando essas janelas da *coronavida*, é impossível analisar o conjunto de novos ativismos mediados pela tecnologia – como o trabalho da rede de projetionistas Projetemos, por exemplo, que combina projeção em grande escala com ação política – e não remeter sua forma de atuação a trabalhos de artistas e ativistas anteriores. Podemos citar os letreiros de Jenny Holzer, as projeções em monumentos de Krzysztof Wodiczko, assim como as projeções ativistas do *Occupy Wall Street* (2011) e do projeto *Conjunto Vazio*, do coletivo Colaboratório (2013), cada qual com uma potência semântica extraída da justaposição entre cidade e imagem. Em que pese constituírem marcos importantes na apropriação da cidade como interface crítica, o trabalho da rede Projetemos – assim como todo acervo espontâneo e anônimo operando sob a mesma lógica do grupo – é radicalmente distinto, tanto por sua simultaneidade de operação, visto ser uma rede livre de colaboradores, quanto pela sua qualidade de imagem infiltrada e espontânea que incita a ação popular (BEIGUELMAN, 2020).

De fato, a qualidade espontânea e “infiltrada” dessas projeções se alinha à natureza política e estética do novo vocabulário visual gestado na pandemia do coronavírus – através das práticas de vigilância, da extroversão da intimidade e da

digitalização do cotidiano. Composto por imagens mediadas por janelas de *chat*, *lives* e das plataformas de *streaming*, que convivem com as perdas de informação visual e sonora, *glitches* acidentais oriundos da sobrecarga dos sistemas de informação, em descompasso com as narrativas oficiais de nitidez e controle. Janelas essas que deixam antever uma etnografia dos fundos de imagem e bibliotecas particulares, mas que também dão a dimensão silenciosa das populações invisíveis, tensionando o espaço doméstico à luz das desigualdades sociais e culturais e das condições efetivas de conter a propagação da Covid-19 (BEIGUELMAN, 2021b).

Essas questões estéticas, provocadas durante a fase mais aguda de pandemia, se revelaram desafiadoras aos setores institucionais de cultura e arte, como museus e galerias. No Brasil, de acordo com Beiguelman (2020), descobrimos que, salvo poucas exceções, esses setores ainda operam de forma primária no fomento e conservação de conteúdo artístico e cultural voltado à *web*, aderindo aos poucos campos informacionais que já conhecem, como mídias sociais, *e-commerce* e nas parcerias com o Google Arts & Culture²⁰. Nesse contexto, a autora completa:

A compreensão da Internet para além de um repositório de links e o reconhecimento de sua produção artística são fatores determinantes, mas investimento em pesquisa e criação são decisivos. Esse é, sem dúvida, o único antídoto eficaz ao *tsunami* das *lives* e visitas virtuais (BEIGUELMAN, 2020, p. 22).

De fato, a alusão às forças violentas do *tsunami*, ou mesmo ao que Beiguelman (2020, p. 31) chama de “jornalismo à queima-roupa” quando se refere ao fluxo de *memes* durante a pandemia, traduzem a potência explosiva que as redes e dispositivos digitais incidem na cultura urbana brasileira. Mesmo que não seja necessariamente inédita, esta potência se destacou em meio às restrições de contato físico durante a pandemia, tornando clara a capacidade da arte e do ativismo digitais de reorganizar os dispositivos em uma gramática visual muito mais incisiva que o tradicional uso político da estética.

No âmago desta discussão, Jacques Rancière (2005) argumenta que as delimitações entre o visível e invisível e entre discurso e ruído são determinantes a nossa experiência política e cidadã. Para o filósofo, esta “partilha do sensível” é política, posto que nem toda distribuição do que – ou de quem – será visto na esfera

²⁰ Iniciativa não comercial, o Google Arts & Culture é uma plataforma que, através de colaborações com museus e galerias de arte, cria “passeios virtuais” dentro dos espaços físicos das instituições através de fotografias, à maneira do Google Street View.

pública é igualitária. Sendo assim, a igualdade só é verificada quando aqueles não representados passam a sê-lo, seja através da ocasião de nova distribuição estética ou refutando-a, buscando estratégias mais incisivas de *re-partilhar*. Portanto, fazer-se visto, ou tomar posse da palavra, "é o modo de desestabilizar a partilha do sensível e produzir um deslocamento dos desejos e constituir o sujeito político multidão" (BENTES, 2014, p. 332). Atualizando esse conceito para o contexto das cidades instrumentalizadas, Birchall (2017) defende a inclusão dos dados digitais como fator determinante à compreensão do sensível contemporâneo. Assim, nessa transposição para a "partilha do sensível digital", as práticas de compartilhamento de dados, submetidas às restrições de tecnologias ideologicamente carregadas, deixam entrever uma distribuição igualmente política.

Se, como afirma Rancière (2005), pensarmos a estética não como teoria geral da arte, mas como modo de articulação entre maneiras de fazer e suas formas de visibilidade, podemos assinalar nessa nova gramática da arte e do ativismo digitais uma intenção estratégica. Através do confronto com as imagens ruidosas e as interfaces urbanas de visualização, esta nova gramática tensiona a paisagem urbana ambivalente, na qual os efeitos da difusão dos dispositivos coexistem paradoxalmente com diferentes regimes de visibilidade e invisibilidade, eficiência e precariedade. Vital à experiência da contemporaneidade, ela pode ensejar práticas em que a política não é mediada pela estética, mas se faz esteticamente – ou seja, cuja linguagem política está contida na imagem.

Ainda que seja cedo para afirmarmos quais serão os efeitos a longo prazo da pandemia na cultura urbana brasileira, é seguro dizer que a constituição dessa nova gramática da arte e do ativismo digitais será uma narrativa fundamental desse capítulo de nossa história. Contudo, essa gramática foi atravessada por marcos anteriores à pandemia do coronavírus e vai além das estratégias de projeções urbanas. Entendê-la, portanto, pressupõe a análise desses pontos nevrálgicos da relação entre imagem e política na atualidade brasileira. Como veremos no próximo subcapítulo, essa gramática ganhou maior complexidade à medida em que se capilarizou e alcançou as linguagens e plataformas da cidade real. É o caso de perscrutarmos a memética, os aplicativos de comunicação *WhatsApp* e *Telegram* e as inteligências artificiais generativas, cujo ecossistema caótico de informação – e sobretudo de desinformação – produziu efeitos tangíveis na política, nas eleições e na cultura urbana.

2.3. Políticas da imagem digital

De acordo com Beiguelman (2021b), esta relação analisada entre imagem e política não é nova. De fato, desde a primeira metade do século XX ela já era central para a máquina de propaganda dos regimes totalitários do nazifascismo. Já durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), trabalhos de arte midiática, como as inserções em jornais de Cildo Meireles e Paulo Bruscky, assim como as provocações aos noticiários pelo grupo 3NÓS3 em sequência à obra *Ensacamentos* (1979), buscavam politizar as mídias esteticamente, de forma a refletir sobre seu estatuto enquanto dispositivos de comunicação em massa e sobre os discursos que veiculavam, sendo esses majoritariamente a serviço das classes hegemônicas e complacentes ao regime militar.

Figura 7 (à esquerda) – Paulo Bruscky, intervenção no Diário de Pernambuco (1990).

Figura 8 (à direita) – 3NÓS3, *Ensacamentos* (1979).



Fontes: Figura 6 retirada de <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1650199637146516-cildo-meireles-publica-imagem-misteriosa-em-reportagem-da-folha>>. Acesso em: 10 jan. de 2023; Figura 7 retirada de: <<https://artemidiastec.wordpress.com/2018/11/06/artemidia-o-caso-brasileiro-em-progresso/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Contudo, a relação entre imagem e política na contemporaneidade é de outra ordem. Foi-se o tempo onde a visualidade da política se concentrava nas mãos do Estado; em substituição, se difunde uma nova constelação de produções simbólicas, onde a imagem se torna o campo fundamental das tensões políticas. É nela – e não a partir dela – que os embates se projetam e se misturam, através da explosão de fotos e vídeos em seus mais variados formatos e imersos na cultura das redes digitais, constituindo-a como território central de disputa. No cenário político brasileiro, ainda

que difícil ponderar o momento exato desta inversão, é seguro apontar as manifestações de junho de 2013 como um dos primeiros casos onde esses paradigmas foram aplicados. Inicialmente pautadas pela pressão popular contra o aumento de tarifas de transporte público – e que mais tarde seriam instrumentalizadas pela extrema-direita nacional, desembocando no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016) –, um de seus momentos mais marcantes foi a travessia da ponte estaiada Octávio Frias de Oliveira, em São Paulo, que aparece como pano de fundo de múltiplos programas de jornalismo da Rede Globo. Sendo assim, no ímpeto de se fazerem presentes em uma futura imagem, ampliando sua presença nos circuitos de comunicação ocupados majoritariamente pelos setores especializados da mídia transnacional, os manifestantes se infiltravam e provocavam essas imagens como forma de sustentar sua narrativa política (BEIGUELMAN, 2021b).

De fato, essa nova dinâmica da imagem foi rapidamente introjetada por ideólogos da extrema-direita global – tal como Steve Bannon, estrategista-chefe do governo de Donald Trump (2017-2021) e referência para o ativismo digital bolsonarista²¹ – e calibrada nas mídias sociais, produzindo efeitos notórios na política mundial há pelo menos uma década. No Brasil, foi um dos elementos centrais à ascensão da extrema-direita ao poder, culminando com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro ao cargo, em 2018. Como defende Beiguelman (2021b), isso se deve ao exercício calculado de projeção no território das redes sociais, através de imagens precárias com ares de improviso, resultando no regime visual estratégico ao jogo político de Bolsonaro:

Em conjunto, os registros da campanha constituem um legado ímpar de imagens precárias, por vezes fora de foco, feitas com câmeras mal posicionadas, iluminação descuidada e ângulos distorcidos. [...] O importante era transmitir uma certa ideia de desarrumação geral, com cara de cenário improvisado, para naturalizar a cena e ganhar ares de informalidade e espontaneidade.

Retoma-se aí a estética amadora consolidada pela apropriação da linguagem do vídeo caseiro que explodiu com o YouTube e que surge como estratégia de aproximação do “mundo real”. Essa estética pretende se contrapor ao imaginário tecnicamente perfeito do padrão de qualidade *hollywoodiano* (ou da Rede Globo), pela supressão de mediações. Como se a imagem produzida fosse um decalque do real, sem nenhuma interferência dos meios que a produzem e de quem os instrumentaliza. É nessa idealizada contraposição que reside a eficácia da estética amadora. [...] De camiseta

²¹ De acordo com Pires (2020) a relação entre Bannon e a família Bolsonaro vêm desde agosto de 2018, quando Eduardo Bolsonaro conheceu o estrategista pela primeira vez, sob o pretexto de aliar forças conservadoras para combater o “marxismo cultural” dos partidos de esquerda no Brasil.

esportiva, shorts, e mesmo de terno e gravata, já no posto de presidente, ele não fala com seu eleitor, ele o exprime. E, ao exprimi-lo, [...] transforma-o em um herói, convidando o eleitor a eleger-se a si próprio. (BEIGUELMAN, 2021b, p. 176-177)

De certo modo, é possível compreender esse apelo à imagem precária, superficialmente livre de artifícios, como uma subversão política da proposição teórica que Walter Benjamin (2014) desenvolveu sobre a fotografia. Entretanto, essa “verdade objetiva” da retórica bolsonarista é diametralmente oposta à do autor, posto que, ao mesmo tempo em que incita a ojeriza à mídia tradicional, ela se mune de dispositivos estatais e de comunicação de forma a manter o embate político no claustro da pós-verdade. Não restrita apenas às *lives* e mídias sociais, essa retórica também dava sustentação à operação do Gabinete do Ódio, uma milícia digital composta por assessores políticos do núcleo bolsonarista, que atuava em redes de aplicativos, tais como *WhatsApp*, *Telegram*, *Instagram* e *Twitter*, a fim de criar e deturpar dados a favor das ideologias do grupo, assim como atacar alvos políticos pré-determinados (SERAPIÃO; MARQUES, 2022).

De acordo com Beiguelman (2021b), não é de se surpreender, portanto, que o campo privilegiado desses embates políticos e eleitorais sejam as imagens dos circuitos de comunicação digital, especialmente os memes, cuja expressão de consumo rápido e aderência aos temas contemporâneos reforçam as prerrogativas da “economia do compartilhamento” da cultura digital. Oriundos dos resíduos de imagem e *remixagens* entre mídias que ganharam força a partir dos anos 2000, os memes ampliaram seu campo temático, incluindo não apenas o entretenimento banal e a cultura popular, mas também a publicidade e a política, definindo-se como contraponto subversivo às mídias tradicionais. “Agregadores de linguagem”, conclui a autora, “constituem [...] um formato em que o texto não funciona como complemento explicativo da imagem nem a imagem ilustra o texto, mas os dois elementos se encadeiam para produzir um terceiro sentido” (BEIGUELMAN, 2021b, p. 179-180).

Contudo, esse mesmo repertório de imagens, constantemente reapropriado por grupos antagônicos sob novas legendas e significados, deixa entrever a contração da cultura urbana e política, dado o aviltamento da discussão e reflexão que impera no território das redes sociais. Sobre esse fenômeno, os efeitos da instrumentalização digital na contemporaneidade já evidenciavam, desde os prognósticos do urbanismo militarizado, da *smart city* e do *junkspace*, o esforço de isolar e recombina os cidadãos de acordo com seus padrões de comportamento e consumo, solapando sua

capacidade de agenciamento. De fato, a predominância da publicidade direcionada e do design de experiência em nosso cotidiano “cria comunidades não a partir de interesses comuns ou da livre associação, mas sim de uma estatística idêntica e de uma demografia inevitável, uma teia oportunista de interesses instalados” (KOOLHAAS, 2014, p. 93).

Amparado pelo efeito aglutinador das redes sociais em bolhas algorítmicas, essa contração é reveladora se analisarmos os efeitos reais que as retóricas visuais incidiram nas campanhas eleitorais de 2016, nos Estados Unidos da América, e de 2018, no Brasil. No caso norte-americano, a produção de memes esteve presente desde as primárias do pleito eleitoral, para apoiar Bernie Sanders contra Hillary Clinton como candidato pelo Partido Democrata, e ditou as narrativas da disputa entre Hillary e Donald Trump até o final da eleição. No caso brasileiro, a desterritorialização tangível das pautas locais em favor de estéticas conservadoras e antipolíticas levou eleitores a votar em candidatos distantes e alheios à sua condição específica de vida. Outro fator favorável à ascensão da extrema-direita em ambos os países diz respeito à abertura desta retórica a uma vasta gama de imagens de ódio, contaminando o espectro estético do debate político com conteúdos misóginos, racistas, xenófobos, antissemitas, LGBTfóbicos e antidemocráticos (BEIGUELMAN, 2021b).

Em que pese sua regulamentação – ou a falta de – pela Justiça Eleitoral brasileira naquele momento, aplicativos como *Whatsapp* e *Telegram* operaram como extensões do processo eleitoral, mobilizando um grande número de cidadãos por meio de uma campanha permanente. Pós eleições, o caso particular do *Whatsapp* foi notório e amplamente discutido na mídia, visto que a própria empresa admitiu a ocorrência de disparos em massa de mensagens de conotação política contrária ao candidato Fernando Haddad, adversário de Jair Bolsonaro, através de ferramentas de automatização – o que é vedado pelo Tribunal Superior Eleitoral (MELLO, 2019). Além disso, foi descoberto o uso fraudulento de nomes e CPFs de cidadãos idosos por uma rede de empresas (*Quickmobile*, *Croc Services*, *SMS Market*, *Yacows*, entre outras) para cadastrar *chips* de celular e efetuar disparos de mensagens no aplicativo em benefício de políticos (MELLO; RODRIGUES, 2018). Todas essas denúncias levaram à instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das *Fake News*, consagrando o momento político nacional nesse cenário temeroso de desinformação e pós-verdade.

É importante frisar que o simples disparo em massa de mensagens não seria tão efetivo, não fosse a capacidade técnica dos dispositivos digitais de analisar os padrões informacionais civis e antecipar ou induzir o comportamento de consumo e político. Exemplo disso foi o escândalo envolvendo a manipulação de dados da corporação de tecnologia e mídias sociais *Meta* (na época ainda chamada *Facebook*) pela empresa de consultoria política *Cambridge Analytica*. De acordo com a denúncia, feita em 2018 pelos jornais *The New York Times* e *The Guardian*, a segunda empresa utilizou um aplicativo para coletar informações privadas de 87 milhões de usuários do *Facebook* sem consentimento, a fim de direcionar publicidade política adaptada a favor de pautas conservadoras, como as campanhas do *Brexit* no Reino Unido e de Donald Trump para a presidência, em 2016 e 2017 respectivamente (WISNIK, 2018; BBC NEWS BRASIL, 2018; G1 ECONOMIA, 2019).

Portanto, vivemos em um momento histórico onde nossa subjetividade, seja no espectro afetivo, de consumo ou político, é atravessada por dispositivos do capitalismo global que incentivam a interação permanente com suas interfaces. Como explica Wisnik:

Normalizando e tornando indispensável a ideia de uma interface contínua, que exige constante interesse e resposta, empresas como Google e Facebook criam uma “economia da atenção” que dissolve as fronteiras entre pessoal e profissional, entretenimento e informação, vida cotidiana e meios institucionais organizados (WISNIK, 2018, p. 79).

Agravada por essa dissolução de fronteiras, a capacidade técnica dos dispositivos para a mineração de dados e direcionamento de informações falsas encontra na internet o meio ideal de propagação, não apenas pelo verniz de autoridade atribuído ao meio, como os canais de *Youtube*, o *Facebook* e os grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, mas também pelo direcionamento calculado a comunidades de pessoas mais inclinadas a acreditar nessas informações, blindando o quanto for possível o confronto com os fatos (WISNIK, 2018). Isso é ainda mais importante se levarmos em conta como a naturalização da imagem digital, produzida por bancos de dados controlados por sistemas de aprendizado maquínico, ocorre concomitantemente à perda de seus lastros com a realidade.

É o caso de inteligências artificiais que produzem imagens através de sistemas de visão computacional, cada vez mais populares no cinema (em técnicas de rejuvenescimento ou transposição corporal), no uso em aplicativos de mídias sociais como *Snapchat* e *Tiktok*, até na criação insidiosa de *deepfakes* na pornografia e na

política²². De fato, a democratização dos meios para criar *deepfakes* traz muitos riscos éticos e políticos. Exemplo disso é o vídeo viral, da produtora *Monkeypaw Productions* em parceria com a empresa *Buzzfeed* em abril de 2018, que mostra Barak Obama insultando Donald Trump²³, ou os que o jornalista e *deepfaker* Bruno Sartori produz, em tom jocoso, utilizando a imagem de políticos brasileiros²⁴. São criações que, somadas aos escândalos da *Cambridge Analytica* e dos disparos em massa no *WhatsApp*, deixam entrever o desafio incontornável do trato entre redes sociais, dispositivos e política (BEIGUELMAN, 2021a).

Figura 9 (à esquerda) – The Next Rembrandt (2016).

Figura 10 (mosaico à direita) – Recorte demonstrativo do banco de dados da obra The Next Rembrandt.



Fontes: Figura 8 retirada de <<https://medium.com/@DutchDigital/the-next-rembrandt-bringing-the-old-master-back-to-life-35dfb1653597>>. Acesso em: 10 jan. de 2023; Figura 9 retirada de: <<https://www.nextrembrandt.com>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Até mesmo as experimentações artísticas no campo da inteligência artificial têm gerado polêmica sobre sua autoria e originalidade, ainda que o binômio homem-máquina já tenha sido postulado por Benjamin (2014) como constitutivo da arte contemporânea e as questões de originalidade já destrinchadas pelo dadaísmo e *pop*

²² Segundo a empresa holandesa de cibersegurança *Deeprtrace* (AJDER et al., 2019), de 14.678 vídeos *deepfakes* analisados em dezembro de 2019, 96% são pornográficos, todos tendo como alvo celebridades mulheres. Já os 4% são, em sua maioria (61%) focados em homens, em geral políticos e figuras corporativas.

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cQ54GDm1eL0>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

²⁴ Citado por Giacomelli (2022). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/confira-o-que-e-e-dicas-para-detectar-deepfake-nas-redes.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

art (BEIGUELMAN, 2022). Projetos como o *The Next Rembrandt* (2016), patrocinado pela *Microsoft* e o banco holandês ING, trazem resultados indicativos da grande capacidade técnica dessas inteligências artificiais de produzir, a partir da aprendizagem automática de algoritmos com base em um grande banco de dados, resultados cada vez mais realistas. No caso, um time de engenheiros e modeladores de dados esmiuçaram a obra do pintor holandês Rembrandt van Rijn (1606-1669), a fim de buscar os parâmetros estatísticos que melhor representam suas pinturas – incluindo tema da obra, gênero do indivíduo representado, etnia, iluminação e proporções corporais – e trazê-lo de volta à vida, quase quatrocentos anos após a sua morte, em uma pintura impressa em 3D (GREENFIELD, 2017).

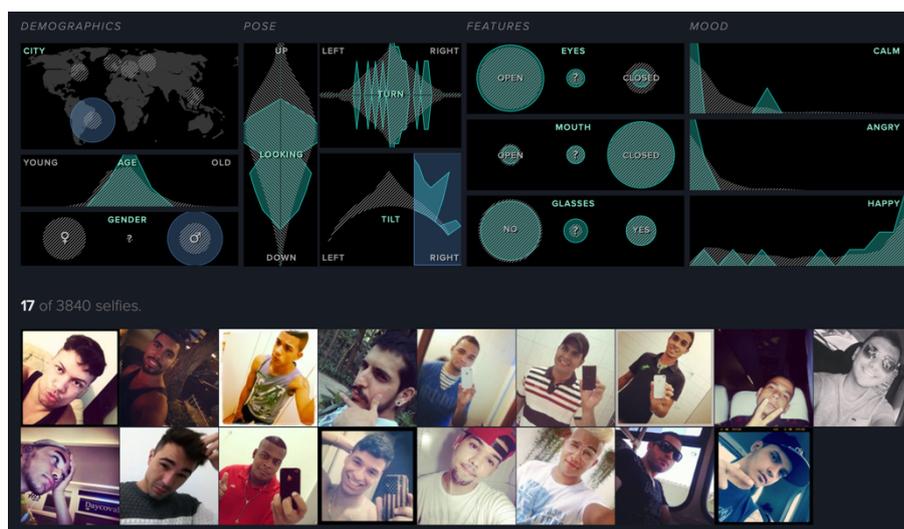
Ainda que possamos orientar essa discussão aos desafios de detectar e separar as imagens entre “digitais” e “reais”, a popularização²⁵ e rápida sofisticação das inteligências artificiais rumo a resultados ainda mais convincentes demonstram que isso seria inoportuno. Além disso, o ecossistema explosivo da internet indica que qualquer ação de mitigar os efeitos dessas imagens, posteriormente à sua viralização, é meramente paliativa. Sendo assim, para além da discussão acerca de sua veracidade ou originalidade, é importante frisarmos que, apesar de não terem lastro aparente com a realidade, essas imagens digitais operam em circuitos reais, constituídos por grandes bases de dados, alimentadas sobretudo pelas práticas culturais do compartilhamento (BEIGUELMAN, 2021). Consequentemente, isso também implica compreendermos a amplitude de informações contidas nas imagens digitais que atravessam o nosso cotidiano; mais do que sucessoras de suas versões analógicas, elas são imagens que “carregam informações que vão das coordenadas geográficas de onde foram capturadas até a identidade de quem as fez, seu equipamento e de como e quando foram compartilhadas” (BEIGUELMAN, 2021a, p. 139).

Por sua vez, ao vasculhar e interconectar os padrões ocultos dos bancos de imagem, os algoritmos desses sistemas anunciam um novo vocabulário visual da contemporaneidade, caracterizado por imagens estandardizadas e atreladas a bancos de dados que dependem da mineração informacional e de vigilância implícita (BEIGUELMAN, 2021a). Vocabulário esse onde a câmera, quando não totalmente

²⁵ De fato, esse tipo de aparato já é comum em aplicativos como *Instagram*, *Tiktok* e *Snapchat*, além sites cujos sistemas geram imagens a partir de texto, como o *DALL-E* e o *Midjourney*.

substituída pela imagem algorítmica, deixa de ser um dispositivo de enquadramento e captura para assumir a projeção de imagens pressupostas, pré-determinadas pela visão computacional.

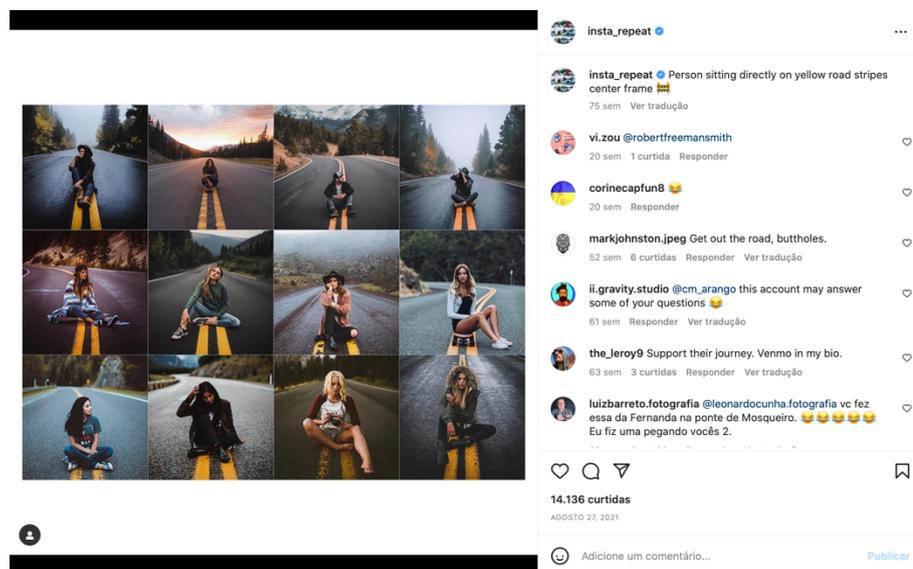
Figura 11 – SelfieCity (2014), recorte com seleção de imagens de selfies tiradas em São Paulo, retratando homens com a cabeça inclinada à direita.



Fonte: retirada de <<https://selfiecity.net/selfieexploratory/>>. Acesso em: 10 jan. de 2023.

De fato, são múltiplos os trabalhos no campo da arte que perscrutam o campo da estética dos bancos de dados, a fim de explicitar o volume de informação extraído das imagens compartilhadas na internet e a padronização que a visão computacional incide em nosso vocabulário imagético. Por exemplo o *SelfieCity*, desenvolvido por Lev Manovich em 2014, propunha metodologias de análise do grande volume de dados produzido através de *selfies* (autorretratos) publicadas no *Instagram*, tendo como recorte geográfico as cidades de São Paulo, Moscou, Nova York, Berlim e Bangkok. Partindo da análise algorítmica dos padrões de imagens, o projeto então sistematizava dados de gênero, idade, emoções, inclinação da cabeça e a abertura dos olhos e da boca que prevalecem em cada uma das cidades, tornando tais dados visualizáveis a partir de gráficos interativos (BEIGUELMAN, 2016). Nessa mesma lógica, o projeto em andamento *Insta Repeat*, iniciado em 2018 por Emma Sheffer, ironiza a padronização estética que a visão computacional implicou na cultura digital por meio de mosaicos compostos por fotos quase idênticas (BEIGUELMAN, 2021a).

Figura 12 – Insta Repeat (2018-), mosaico de 27 ago. 2021, retratando fotos dentro do parâmetro “Pessoa sentada em cima das faixas amarelas da pista, meio de cena” (tradução nossa).

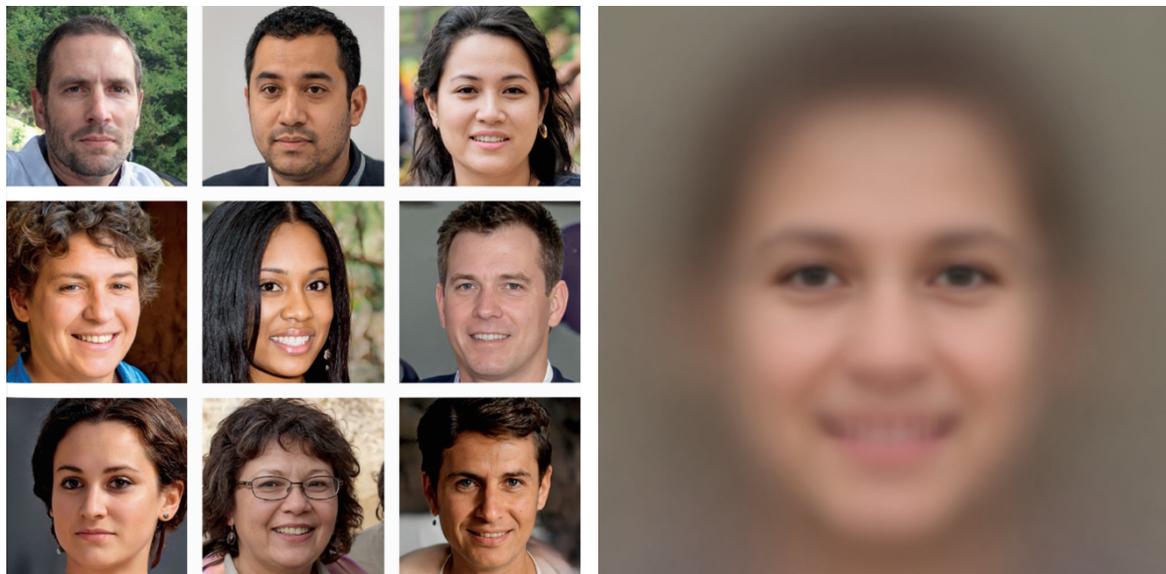


Fonte: retirada de < <https://www.instagram.com/p/CTGgS3enLUx/>>. Acesso em: 10 jan. de 2023.

Há de se concordar que a democratização da visão computacional facilita o trato cotidiano que mantemos com as imagens da contemporaneidade. Entretanto, há de se questionar também se sua naturalização, enquanto regra ou padrão para as expressões visuais da cultura digital, não constitui uma *novilíngua orwelliana* dos dispositivos, cerceando as estéticas dissidentes e de resistência. Em outras palavras, devemos questionar se à criação da mais rica e plural cultura visual da história não concorre o risco da uniformização do olhar. Comparativamente, é como confrontar os retratos do projeto *This Person Does Not Exist* (2019), do engenheiro sênior de software da Microsoft Philip Wang, com o experimento realizado por Bernardo Fontes, pesquisador do Grupo de Experiências Críticas em Infraestruturas Digitais (GECID) do Inova-USP: enquanto a princípio os retratos intrigam pela possibilidade de serem pessoas reais e multifacetadas (em termos de gênero, etnia ou idade), a superposição que Fontes realizou de cem, quinhentas e mil imagens distintas geradas pelo projeto de Wang revelam a mesma padronização do olhar dos algoritmos treinados. Frente à evolução das imagens computacionais e sua infiltração na cultura visual, resta sabermos se as estéticas dissidentes poderão romper com esses padrões e se fazerem vistas frente aos desafios que as cidades instrumentalizadas impõem àqueles cidadãos redundantes da cidade real, ou se estamos diante de uma nova era de eugenia das imagens (BEIGUELMAN, 2021a).

Figura 13 (mosaico à esquerda) – Conjunto de retratos gerados pelo projeto This Person Does Not Exist (2019).

Figura 14 – Superposição de mil retratos distintos de um conjunto de 4.100 do banco de dados do This Person Does Not Exist, realizado por Bernardo Fontes (BEIGUELMAN, 2021a).



Fontes: Figura 12 retirada de: <<https://revistazum.com.br/revista-zum-18/online/>>. Acesso em: 10 jan. 2023; Figura 13 retirada de: <<https://book.affecting-technologies.org/as-verdades-dos-deepfakes/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Tomando posse da contextualização socioeconômica das cidades instrumentalizadas descrita no capítulo anterior, compreendemos aqui como os efeitos colaterais da modernização urbana, coadunados no conceito de *espaço-lixo*, foram fundamentais para a formação de um novo vocabulário visual contemporâneo. Nesse, a estética deixa de ser vetor para a projeção política, assumindo-se como o território fatídico de suas disputas, fato evidenciado nas mobilizações coletivas durante a pandemia do coronavírus. Entretanto, à medida em que o desenvolvimento sociotécnico desses dispositivos avança, novas questões emergem acerca dos impactos da padronização da visão computacional e a uniformização do olhar sobre a cultura urbana. Sendo assim, às práticas artísticas e do ativismo digitais que denunciam a instrumentalização das cidades pesa um desafio duplo: não apenas acerca da condição política, social e geográfica na qual estão inscritas, mas também por operarem nessa chave estética contemporânea passível de neutralização. No capítulo a seguir veremos, ao cotejar teoria e prática, como essas novas gramáticas podem ser reconfiguradas, assim como seus efeitos em nossa compreensão das estéticas contemporâneas.

CAPÍTULO 3: NOVAS GRAMÁTICAS

3.1. Entre um novo olhar e novas ficções

Considerando os efeitos reais da instrumentalização urbana – figurados na separação entre cidade “oficial” e “real”, na ascensão de um “nós *versus* eles”, na securitização tecnocrática, na abstração econômica transnacional e na diluição entre guerra e entretenimento –, como a arte e o ativismo digitais podem contribuir para desafiar e subverter sua lógica? Visto que também operam em um campo ambivalente de resistência e captura, tensionados pelo olhar computacional, como suas práticas podem complementar os métodos tradicionais de resistência e mobilização política, tal como os movimentos sociais, as organizações de base e a política formal? Partindo dessas indagações, é fundamental discutirmos sobre como essas experimentações podem combater suas relações de dependência com as tecnologias interpoladas por ideologias militarizadas e imperialistas.

Para destrincharmos os desafios que a instrumentalização urbana incide sobre a apreensão crítica das estéticas contemporâneas – e que potencialmente reduziriam suas práticas em políticas decorativas – é oportuno resgatar as implicações que o desenvolvimento técnico dos dispositivos de imagem trouxe para os paradigmas da arte moderna, sobretudo na redução do seu distanciamento crítico. Amparado pelos estudos de Walter Benjamin, Wisnik (2018) afirma que, a partir do desenvolvimento capitalista ao longo do século XIX, a arte foi se deslocando do espaço de contemplação individualizado rumo à democratização de sua apreensão pelas massas populacionais. Esse processo de deslocamento, que primeiramente se deu com a difusão dos museus, logo foi acelerado pelo desenvolvimento, no século XX, das artes fundadas na reprodutibilidade técnica – sobretudo a fotografia e o cinema. Nesse sentido, o aperfeiçoamento das técnicas de reprodução da arte permitiu aproximá-la da sociedade, que, por sua vez, se transformou na matriz principal de suas formas de apreensão estética. Em outras palavras, a reprodutibilidade técnica deslocou a arte de sua condição permanente de objeto distante.

Para Benjamin (2014), esse distanciamento simbólico entre observador e obra é o que representa a qualidade “aurática” da arte tradicional, ou seja, sua herança material e histórica enquanto objeto único a ser cultuado. Sendo assim, com o advento da fotografia – considerada a primeira técnica de reprodução verdadeiramente revolucionária –, a obra de arte se emancipou de sua existência atrelada ao culto e à

autenticidade, para constituir-se como objeto a ser reproduzido para as massas. De fato, esta discussão acerca do declínio da aura é central no trabalho do filósofo, que o associa ao eclipse da experiência crítica. Isso porque o aprimoramento das técnicas de reprodução, aliado à crescente difusão e intensidade dos movimentos de massa orientados pela lógica de consumo, tornam o “aproximar-se das coisas”, ou a necessidade de possuir o objeto, temas caros à modernidade.

Como explica Wisnik (2018), esta redução implica no risco da arte ser reduzida ao entretenimento banal e à propaganda, que superam a distância protetora da aura e tomam de assalto nossa capacidade crítica. Ainda assim, há de se lembrar que Benjamin, sem ignorar a destruição do valor tradicional da arte histórica, tomou partido da reprodutibilidade técnica, legitimando-a por seus princípios de democratização e renovação artística. Para tanto, o autor especulou que o renascimento da experiência crítica se daria a partir das condições técnicas e estéticas da modernidade. Figurada na rejeição aos suportes tradicionais da pintura e da escultura, na transparência “antiaurática” das arquiteturas de vidro e na experiência cinematográfica, a hipótese do autor se orientava no exercício de imersão. Desse modo, acreditava que, ao aproximar radicalmente o espectador do objeto, através da experiência imersiva das tecnologias de reprodução mecânica, romperia com a proteção metafísica da aura, permitindo a apreensão direta e crítica do real, “que agora se revelaria de forma profana pela desconstrução das aparências” (WISNIK, 2018, p. 215).

Todavia, como constatado nos capítulos anteriores, o que se percebe na contemporaneidade é diametralmente oposta a afirmação de Benjamin, visto que os vínculos gestados entre os dispositivos digitais e as relações sociais inscritas na lógica capitalista não emanciparam as imagens. Pelo contrário, a perda do distanciamento crítico é potencializada pelo avanço tecnológico - como no caso da manipulação digital, do falseamento de imagens ou a padronização oriunda da visão computacional. Assim, ainda que os argumentos emancipatórios do autor tenham sido decisivos na formação do *ethos* da arte moderna e das cidades do capitalismo globalizado, ao confrontá-los com seus efeitos reais na cultura urbana contemporânea, fica evidente que eles não dão conta das variáveis implícitas e colaterais da instrumentalização urbana (WISNIK, 2018).

A imagem digital, por exemplo, atualiza as teses de Benjamin acerca da aura e da obra de arte original, orientando-se para o poder transformador do campo informacional e na validação da transmissão como fator determinante à arte

contemporânea no ímpeto de sua revolução cultural. É o caso, por exemplo, da instalação via satélite *Good Morning Mr. Orwell* (1984), do artista pioneiro em videoarte Nam June Paik, transmitida no dia 1º de janeiro entre a WNET TV de Nova York e o Centre Pompidou em Paris, com público estimado de 25 milhões de espectadores ao redor do mundo. Consistida de uma série de blocos televisivos com participação de artistas como Phillip Glass, Laurie Anderson e John Cage, a instalação rebatia as previsões catastróficas de George Orwell em seu livro “1984” acerca do futuro das tecnologias, augurando o fim do conceito de aura tradicional em benefício da transmissão simultânea, multinacional e ao vivo da televisão, cujo potencial democratizador dos fluxos de dados seria positivo para o intercâmbio cultural e para o cosmopolitismo.

Figura 15 – Mosaico de cenas da instalação via satélite *Good Morning Mr. Orwell* (1984).



Fonte: retirada de: <<https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20140721000858>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Entretanto, sobre essa atualização das estéticas digitais ainda pesa a perda do distanciamento crítico levantada por Benjamin, não apenas em razão do seu descomprometimento com a realidade objetiva, mas também por seu entrelaçamento cada vez maior com dispositivos opacos, subjugados a lógicas ulteriores à arte e ao ativismo. É o caso de remetermos não apenas às experiências imersivas do design e do cinema, como alerta Benjamin (2014), mas também ao exemplo de Graham (2016) que projetos que se apropriam de sistemas de GPS não dependem apenas da

conexão com satélites lançados pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também de um amplo mapeamento geodésico e relógios atômicos desenvolvidos e controlados por esses poderes militares. Portanto, concorre ao intuito contra-hegemônico das experimentações no campo da arte e do ativismo digitais o risco de serem reduzidas a elucubrações ficcionais e estetizadas. Como veremos no próximo subcapítulo, o ponto fundamental de sua atuação está na chave estética dessas ambivalências, que podem assumir tanto valores negativos quanto positivos, posto que as poéticas tem o potencial de se opor ao regime visual das cidades instrumentalizadas, permitindo recuos críticos em relação ao contexto em que estamos imersos (WISNIK, 2018). Sendo assim, as arquiteturas que sustentam a instrumentalização urbana, assim como suas retóricas e representações, devem ser confrontadas no campo do discurso e do espetáculo públicos, sobretudo através dos circuitos de imagem dos dispositivos digitais. A fim de reverter a hegemonia das cidades instrumentalizadas e da lógica neoliberal, essas novas práticas “contrageográficas” devem ser mobilizadas no sentido de construção de novos modelos de engajamento popular e de uma práxis democrática (GRAHAM, 2016; ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013).

3.2. Contrageografias

Como observamos anteriormente, a lógica das cidades instrumentalizadas, pautada pelas representações maniqueístas do urbanismo militarizado e tecnocrático, impõe aos espaços e à cultura urbanos da contemporaneidade o paradigma de uma guerra permanente, a ser enfrentada através da instrumentalização profusa das grandes cidades do capitalismo globalizado. Tal como defende Graham (2016), esse paradigma permeia desde o design (de carros utilitários e de *videogames*, por exemplo) até a arte, diluindo a separação entre guerra e entretenimento. É através desses circuitos que a instrumentalização coloniza o cotidiano urbano com práticas de violência, projetando o pensamento tecnocrático e de guerra como relação social fundamental, em detrimento das pessoas reais que precisam de amparo pela ação política e humanitária, na “insistência de que a paz vem por meios pacíficos” (GRAHAM, p. 444).

De fato, a manutenção das cidades instrumentalizadas depende de uma noção de cidadania fraca, subjugada aos mecanismos ideológicos da guerra permanente e

da otimização dos fluxos de informação, dependendo de um espaço público empobrecido e socialmente higienizado – fator esse explicitado durante a pandemia do coronavírus. Desse modo, a concepção de novos domínios públicos das contrageografias, à revelia do cerceamento do espaço tradicional em nome da “segurança”, devem ser reorientadas para além das relações de controle de propriedade, de modo a forjar colaborações e conexões através das mesmas tecnologias de controle (GRAHAM, 2016; KUNSTER; PECHMAN, 2014). Em outras palavras, isso indica que as novas estratégias devem superar o individualismo, rumo ao agenciamento em rede motivado por uma identidade coletiva que privilegia a descentralização e democratização dos dados, num efeito cascata através dos múltiplos circuitos digitais da cultura urbana contemporânea (BIRCHALL, 2017).

De acordo com Graham (2016), esse agenciamento em rede se faz necessário devido à concentração de propriedade da mídia transnacional na mão de poucos grupos globais, fator fundamental para a mobilização cultural das geografias de poder atuais. Por exemplo, a mídia televisiva norte-americana foi central na construção da opinião pública acerca da guerra no Iraque, conseqüentemente produzindo uma visão maniqueísta e orientalizada das populações do país alvo. Ironicamente, os mesmos circuitos digitais mobilizados para cancelar as práticas violentas do urbanismo instrumentalizado têm a capacidade de ser reconfigurados para instigar sua desconstrução. De fato, muitos dos atos mais notórios de exposição partem, não intencionalmente, dos próprios agressores. É o caso da circulação global das imagens de tortura em Abu Ghraib²⁶, produzidas como uma espécie de glorificação pornográfica da guerra, que serviram de impulso para os opositores da guerra ampliarem o debate acerca da brutalidade no sistema carcerário estado-unidense.

Ainda que seja uma tarefa árdua, que corre o risco de ser recapturada pelos limites dos dispositivos, a mobilização cultural e política que Graham (2016) propõe se orienta a partir de seis caminhos de experimentação contrageográfica, com variados graus de sobreposição. O condutor primário dessas experimentações é a exposição, nos campos da arte e do ativismo, das geografias ocultas de poder das cidades instrumentalizadas. Segundo o autor, quando suas mitologias sedutoras –

²⁶ Em abril de 2004, a divisão de jornalismo da rede de rádio e televisão estado-unidense *Columbia Broadcasting System* (CBS), divulgou fotos retratando práticas de tortura extrema cometidas por soldados norte-americanos contra prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib, prisão à oeste de Bagdá. A natureza das imagens, assim como os memorandos de “interrogação aprimorada” (tradução nossa, do original *enhanced interrogation techniques*), ganharam ampla repercussão mundial.

assim como a cultura de violência que celebra a morte na distância segura e estéril das mídias virtuais – são confrontadas com a materialidade e corporalidade da guerra, ela deixa de parecer inevitável e gloriosa. Para que tenham efeito, portanto, essas estratégias devem levar em consideração as estruturas que executam e mantêm os estados de negação social e ofuscamento da verdadeira face da instrumentalização.

O desafio dessas representações é empregar estratégias que deem conta de deslocar a visão distanciada e maniqueísta das câmeras de vigilância, da mira do atirador ou dos *consoles* de *videogame* para a do habitante em solo, cujo contexto de vida é sumariamente ocultado (GRAHAM, 2016). Ainda que esta via de experimentação de Graham tenha sido concebida sob a ótica das guerras no Oriente Médio, é oportuno recontextualizá-la no âmbito das práticas securocráticas brasileiras, que incitam a chamada “guerra às drogas” em comunidades precárias e promovem a defesa patrimonial e dos fluxos de capital ao mesmo tempo que antagonizam e invisibilizam a grande fatia da população pobre. Citando Derek Gregory²⁷, Graham então pondera:

O que teria sido possível se tivéssemos podido ‘recusar a redução brutal de outros lugares e de outros povos a indicadores em um cálculo autointeressado e oportunista, e, em vez disso, afirmar a importância de uma geografia cuidadosa de envolvimento e compreensão’? (GREGORY, 2004 apud. GRAHAM, 2016 p. 449)

Além desse viés dos conflitos militarizados, outras experimentações dão visibilidade às disputas por recursos naturais finitos, à crise financeira e ambiental e às novas divisões globais de trabalho – todas fundamentais à compreensão crítica do funcionamento das cidades instrumentalizadas. É com esse intuito que projetos como *Exch w/ Turker*, de Bruno Moreschi, Bernardo Fontes, Guilherme Falcão e Gabriel Pereira, evidenciam a rotina dos trabalhadores (denominados *Turkers*) por trás da tarefa de alimentar os bancos de dados das Inteligências Artificiais (IA) que permeiam a cultura urbana. Nesse caso específico, o projeto consistia de um *website* com janelas de bate-papo onde era possível conversar com alguns desses trabalhadores, selecionados a partir de uma chamada realizada na própria plataforma da Amazon. Ao aproximar esse “lumpesinato digital” às demais pessoas através do *website*, o projeto tensiona a exploração do trabalho que anonimamente viabiliza os conceitos de automatismo e máquinas “inteligentes”, já que à sua atuação concorre o exercício

²⁷ GREGORY, D. Geographies, Publics and Politics. In: **Raising Geography’s Profile in the Public Debate**. 2004, Filadélfia.

ativo da neoliberalização de invisibilizá-los por meio do distanciamento geográfico (MORESCHI, 2020; GRAHAM, 2016).

Por outro caminho, retomando as imagens chocantes de tortura em Abu Ghraib, trabalhos como o do coletivo *Forkscrew Graphics*, intitulado *iRaq [Abu Ghraib Prisoner]*²⁸ (2004), subvertem a retórica militarizada e neoliberal dos Estados Unidos pelo caminho da sátira, camuflando peças gráficas entre propagandas da Apple como denúncia aos vínculos inseparáveis entre os dispositivos militares e de entretenimento. Tais peças de arte de guerrilha confrontavam a invasão norte-americana ao Iraque, inserindo a silhueta macabra do prisioneiro submetido à “eletrocussão falsa” com fios brancos do iPod, ressignificados como conduítes. Inerentemente moralizantes, intervenções desse tipo são eficientes, posto que se infiltram na gramática propagandística dos dispositivos digitais do cotidiano para explicitar os absurdos de poder e autoridade, “como forma de induzir ‘constrangimento tático’ e destacar os excessos da corrupção e da violência militar e corporativa” (GRAHAM, 2016, p. 466).

Figura 16 – Peça gráfica *iRaq [Abu Ghraib Prisoner]* (2004), de fundo laranja, do coletivo *Forkscrew Graphics*, camuflada entre pôsteres publicitários da Apple. A legenda diz “10.000 volts no seu bolso, culpado ou inocente” (tradução nossa).



Fonte: retirada de: <<https://www.independent.com/2017/05/11/abomination-torture/>>. Acesso em: 20 jan. 2023;

²⁸ Ou “iRaque [Prisioneiro de Abu Ghraib]” (tradução nossa).

De fato, o objetivo de combater os binários maniqueístas da instrumentalização urbana exige a afirmação contundente de que as cidades e populações atacadas não são alvos abstratos, mas sim encarnados e muito semelhantes às “cidades oficiais” habitadas pelos instrumentalizadores. Nesse caso, experimentações no campo da justaposição de imagens e vídeos no contexto urbano – tal como as projeções já citadas no segundo capítulo e trabalhos de *videomapping*²⁹ de Krzysztof Wodiczko – operam com técnicas de atuação privilegiadas, sobrepondo às paisagens materiais de poder as sombras dos traumas políticos e culturais, dos quais a memória coletiva procura ativamente ignorar e esquecer. Como referência, o projeto *Homeless Projection* (1986) de Wodiczko inicialmente operava no conflito entre os planos de revitalização da praça Union Square de Nova York, nos anos 1980, e a situação dos sem-teto da região. Para tanto, esse consistia em mapear os monumentos daquele espaço e projetar em suas superfícies as imagens dos moradores de rua que ali viviam.

Figura 17 – Homeless Projection: Place des Arts (2014).



Fonte: retirada de: <<https://macm.org/en/exhibitions/krzysztof-wodiczko-homeless-projection-place-des-arts-2014/>>. Acesso em: 20 jan. 2023;

Segundo Rosalyn Deutsche (1986), o ímpeto do projeto era denunciar a lógica higienista da gestão dos espaços públicos, que, sob o pretexto de restaurar um passado glorioso jamais existente, servia a interesses particulares de determinação do uso, apropriação e estética do lugar. Dando continuidade à esta proposta, o projeto desencadeou outras versões, como a *Homeless Projection: Place des Arts* (2014),

²⁹ Técnica de projeção de imagens e vídeos com modelagem computadorizada.

exposto na fachada no Teatro *Maisonneuve*, em Montreal, para dar voz a grupos marginalizados, como moradores de rua e imigrantes. Assim, tensionando o espaço onde coexistem as memórias cultivadas pelo poder instituído e a realidade que se quer fazer esquecer, o trabalho de Wodiczko confronta as imagens do poder por meio de novos formatos de infiltração na paisagem urbana, suscitando novas estéticas da memória (BEIGUELMAN, 2016).

Somadas a essas estratégias, Graham (2016) reforça que a arte e o ativismo digitais podem atuar no campo da apropriação e da interferência, ou seja, em experimentações cujos esforços contrageográficos se utilizam dos próprios dispositivos centrais à instrumentalização urbana, reconfigurando-os em novas linguagens que “emperram” o funcionamento de suas arquiteturas de controle ou seus circuitos de visibilidade e ofuscamento. Em outras palavras, essas práticas almejam desmistificar – e tornar visíveis – as práticas de controle e dessubjetivação que permeiam as arquiteturas e infraestruturas cotidianas. Segundo o autor, o ponto chave é determinar os limites operacionais desses dispositivos, demonstrando que esses escapam da efetividade declarada na retórica instrumentalizante, e reverter sua “perspectiva de sobrevoo”, alheia à realidade local do alvo distante.

Partindo da análise de Peter Baker³⁰, Graham (2016) defende que precisamos nos aproximar e testemunhar, do nível micro ao macro, como a obscuridade e a confusão generalizada costumam operar nas práticas militarizadas. Segundo o autor, os movimentos de mídias locativas são especialmente pertinentes a esse fim, posto que investigam o imbricamento dos dispositivos digitais no espaço geográfico a fim de mapear e intervir nos fluxos de dados, em prol de iniciativas horizontais e colaborativas. Para isso, essas experimentações reconfiguram dispositivos digitais, como *drones*, GPS, celulares e aplicativos de comunicação para que essas possam ser reutilizadas criativamente, em confronto direto com seu propósito inicial de controle e dessubjetivação.

Essas iniciativas ganham ainda maior relevância se retomarmos a prevalência dos conflitos de “baixa intensidade” que permeiam o militarismo do capitalismo contemporâneo, que expande a privatização da segurança em detrimento da transparência cívica dos seus mecanismos de operação. Sob esta lógica, mas em

³⁰ BAKER, P. *In*: CRANDALL, J. (Org.) **Under Fire 2: The organization and representation of violence**. Roterdã: Witte de Witte, p. 57-58, 2005.

contextos distintos, iniciativas como o Alerta Santa Marta – da favela homônima, localizada na zona sul do Rio de Janeiro e em funcionamento desde 2018 – e do grupo austríaco *System-77 Civil Counter-Reconnaissance* (liderado pelo artista Marko Peljhan) fazem a reconfiguração do aplicativo *WhatsApp* e de *drones*, respectivamente, ensejando sistemas de contramonitoramento urbano na escala do então-alvo.

No caso do Alerta Santa Marta, o sistema integrado de três grupos de *WhatsApp*, concebido por um líder comunitário da favela, conecta cerca de 700 moradores através de mensagens por celular, como forma de compartilhar informações e suscitar o agenciamento coletivo frente a problemas e indeterminações do cotidiano urbano. Inscrita no contexto de violência urbana após a política de “pacificação” das favelas do Rio de Janeiro – da qual Santa Marta foi o primeiro alvo em novembro de 2008 (EXAME, 2013) –, a iniciativa de comunicação digital surge como dispositivo de contravigilância, expandindo a capacidade da população local de investigação e ordenamento urbano. Ela serve, por exemplo, para que os participantes do grupo relatem a passagem de *drones*, a iminência de conflitos armados ou demais riscos cotidianos da favela, permitindo aos moradores poder “navegar” o território (MANO; MENEZES, 2021). A iniciativa austríaca, por sua vez, capacita uma rede de *drones* vigilantes para permitir que organizadores de protestos civis se antecipem de eventuais abusos de poder por parte do Estado, convocando a mídia independente para testemunhar os eventos (GRAHAM, 2016).

Intimamente relacionada a esses campos de experimentação citados, Graham (2016) por fim destaca a necessidade das estratégias contrageográficas de se envolver em práticas de colaboração direta com aqueles que recebem a violência da instrumentalização urbana e do fundamentalismo neoliberal, sob o risco dessas estratégias se resumirem a práticas estetizadas de cosmopolitismo e democracia que tentam falar em seu nome. Tendo em conta o exercício contínuo dessa instrumentalização de ofuscar o funcionamento dos seus dispositivos, assim como as implicações sociais da “cidade oficial” aos cidadãos reais invisibilizados, as experiências contrageográficas precisam atuar ativamente contra esses mecanismos contrários à distribuição igualitária de visibilidade, tão cara à experiência política e cidadã. Dar voz a esses “outros” antagonizados e invisibilizados, portanto, é a maneira efetiva de conceder-lhes identidade e autonomia de agenciamento (RANCIÈRE, 2005; GRAHAM, 2016).

De fato, essas experimentações da arte e do ativismo digitais estão inscritas num campo muito maior de mobilizações ditas “tradicionais”, posto que suas demandas sociotécnicas ainda extrapolam a massiva pauperização – e consequente exclusão digital – das populações do Sul Global. Ainda assim, é notória sua importância nas mobilizações transnacionais de periferias pós-coloniais, que rejeitam os paradigmas da globalização “vinda de cima”, representada pela instrumentalização, privatização e militarização da cultura urbana pelo neoliberalismo. Conectando as periferias urbanas globais, essas coalizões desempenham papel fundamental na concepção e atualização das práticas contrageográficas, fazendo ressoar aspirações críticas à instrumentalização urbana em propostas cada vez mais plurais e efetivas (GRAHAM, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recontextualizando as análises teóricas de Sassen (1998), Graham (2016) e Greenfield (2013) sob o *locus* discursivo do Sul Global – sobretudo das cidades globais brasileiras, como contribuem Fix (2007) e Arantes, Vainer e Maricato (2013) – observamos como a instrumentalização das cidades globais se atualiza através do novo urbanismo militar e da retórica da *smart city*. A partir de táticas maniqueístas e militarizadas de monitoramento e controle, sustentadas pelo exercício simbiótico entre práticas de violência e a mediação da insegurança, compreendemos que essa instrumentalização promove a difusão de dispositivos no território urbano, intercalando múltiplos processos de dessubjetivação e de retração do agenciamento dos cidadãos inscritos em suas redes de poder político e econômico (AGAMBEN, 2009; BIRCHALL, 2017). Seguindo esta constelação teórica, entende-se que a manutenção do imaginário das cidades instrumentalizadas se deve à construção de uma estética particular, não apenas mediada como também constituída pelos dispositivos digitais em rede.

Amparado por Beiguelman (2016, 2019, 2021b), tornou-se possível visualizar que disputas sociais que almejam tensionar a instrumentalização urbana invariavelmente incorrem, portanto, na gramática dos circuitos digitalizados, traduzida na imagem digital, na vídeo-denúncia, nos *memes*, entre outros. Ou seja, no presente momento histórico, a politização da urbe não é mediada pela estética: ela é, efetivamente, a estética. Como prova, compreendemos como os efeitos colaterais da modernização urbana, coadunados no conceito de *espaço-lixo* (KOOLHAAS, 2014; WISNIK, 2018), foram fundamentais para a formação de um novo vocabulário visual contemporâneo. Nesse, a estética deixa de ser vetor para a projeção política, assumindo-se como o território fatídico de suas disputas, fato evidenciado nas mobilizações coletivas durante a pandemia do coronavírus (BEIGUELMAN, 2020). Entretanto, à medida em que assinalamos o desenvolvimento sociotécnico desses dispositivos, novas questões emergiram acerca dos impactos da padronização da visão computacional e a uniformização do olhar sobre a cultura urbana. Sendo assim, às práticas artísticas e do ativismo digitais que denunciam a instrumentalização das cidades pesa um desafio duplo: não apenas acerca da condição política, social e geográfica na qual estão inscritas, mas também por operarem nessa chave estética

contemporânea passível de neutralização (BENJAMIN, 2014; WISNIK, 2018, BEIGUELMAN, 2021a).

Alinhadas às conceituações de Graham (2016), as experimentações contrageográficas discutidas ao longo desta dissertação mostram que é possível denunciar e interferir nas geografias de poder da instrumentalização urbana, que exerce forte influência global nas relações humanas da era do antropoceno. Sejam elas irônicas, cosmopolitas ou entrincheiradas nas táticas de contravigilância, essas experimentações atuam nos circuitos tecnoculturais de conexão transnacional para ampliar as vozes dissidentes. O que não pode se perder de vista, contudo, é que todas clamam pela necessidade urgente de novos conceitos de instrumentalização, apoiados em paradigmas de segurança e economia readequados às questões reais das cidades globais, de modo a embasar contrageografias verdadeiramente democráticas. Para tanto, novos modelos de urbanização e de cultura urbana, críticos aos prognósticos da militarização ou das *smart cities*, devem reimaginar os fundamentos de segurança pública, econômicos, ecológicos e sociais, tão atravessados pela interconexão global, volatilidade financeira, crescimento demográfico e crise ambiental.

Os desafios impostos ao estudo dos temas desta dissertação foram múltiplos, sobretudo pela ausência de um distanciamento no tempo e de uma vasta bibliografia especializada sobre o objeto em constante transformação, mas sua relevância é clara. Legitimar a investigação científica da instrumentalização urbana, assim como das experimentações contrageográficas é fundamental, visto que ampliam nossa capacidade crítica de compreender seus efeitos adversos, assim como desafiar as ideologias de violência e exclusão promovidas pelas mesmas, sob a égide da neoliberalização. Nesse sentido, estarmos inscritos numa crise financeira global, que tanto traz mazelas a um mundo já empobrecido, abre oportunidades para contestarmos os conceitos, mitos e normas que amparam o urbanismo instrumentalizado. Não é provável que a mudança rumo a um Estado e sistema financeiro renovados venha através do exercício isolado dessas experimentações, mas também da conseqüente reforma das arquiteturas políticas e econômicas globais. Nos limites desta dissertação, portanto, coube destacar a importância de mantermos o foco analítico no entrelaçamento entre urbanização, cultura urbana e desenvolvimento tecnológico, que marca nossa era com tamanha complexidade e ambivalência, a fim de tornar suas dinâmicas menos opacas (GRAHAM, 2016).

REFERÊNCIAS³¹

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

AJDER, H.; PATRINI, G.; CAVALLI, F.; CULLEN, L. **The state of deepfakes: landscape, threats, and impact**. Amsterdam: Deeptrace, 2019. Disponível em: <https://regmedia.co.uk/2019/10/08/deepfake_report.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

AUGUSTO, T. **SP lança edital para sistema de câmeras que identifica cor e 'vadiagem'**. UOL, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/11/28/sp-lanca-edital-para-sistema-de-cameras-que-identifica-cor-e-vadiagem.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BEER, S. **What is cybernetics?** *Kybernetes*, Bingley, v. 31, n. 2, p. 209-219. 2002.

BEIGUELMAN, G. As verdades dos deepfakes. *In*: BENFIELD et al. (Orgs.) **Afetando tecnologias, maquinando inteligências**. Wayland, MA: Center for Arts, Design and Social Research, 2021a.

_____. **Coronavida: pandemia, cidade e cultura urbana**. São Paulo: ECidade. Outras palavras, 2020. v. 8.

_____. **Da cidade interativa às memórias corrompidas: arte, design e patrimônio histórico na cultura urbana contemporânea**. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. **Memória da amnésia: políticas do esquecimento**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2019.

_____. Midjourney, Dall-E e o fim da história da arte. Mais uma vez? **Revista Zum**. São Paulo, 27 set. 2022. Disponível em: <<https://revistazum.com.br/colunistas/o-fim-da-historia-da-arte/>> Acesso em: 10 jan. 2023.

_____. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora, 2021b.

³¹ De acordo com UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2016).

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução e notas de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2014.

_____. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BENTES, I. **Estéticas insurgentes e mídia-multidão**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 330-343, maio 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3552>>. Acesso em: 20 jan. de 2020.

BIRCHALL, C. **Shareveillance: the dangers of openly sharing and covertly collecting data**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

BRADSHER, K.; BUCKLEY, C.; WANG, V. **Sistemas criados para conter Covid na China ampliam controle do regime sobre cidadãos**. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/sistemas-criados-para-conter-covid-na-china-ampliam-controle-do-regime-sobre-cidadaos.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Decreto-lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1941. Disponível em <https://oig.cepal.org/sites/default/files/1941_decreto-lei-3688_brasil.pdf>. Acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL. **Painel Coronavirus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *In: Conference on fairness, accountability and transparency*, 1, 2018, Nova York, NY. Proceedings [...]. Nova York, NY: PMLR, 2018, 15 p. Disponível em: <<http://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a.html>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CONVERGÊNCIA DIGITAL. **Idec processa metrô de SP em R\$ 100 milhões por coleta ilegal de dados**. 2018. Disponível em: <<https://www.convergenciadigital.com.br/Seguranca/Idec-processa-metro-de-SP-em-R%24-100-milhoes-por-coleta-ilegal-de-dados-48862.html?UserActiveTemplate=+site>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução de Joaquim Toledo Junior. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CUT BRASIL. **Reconhecimento facial aprofunda racismo estrutural, dizem pesquisadoras**. 2022. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75590-reconhecimento-facial-aprofunda-racismo-estrutural-dizem-pesquisadoras>>. Acesso em: 10 jan. 2023

DEUTSCHE, R. (1986). Krzysztof Wodiczko's Homeless Projection and the site of urban 'revitalization'. **October**, Cambridge, v. 38, p. 63-98, out. 1986.

EXAME. **Pacificação no Rio completa 5 anos cercada por polêmicas**. 2013. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/pacificacao-no-rio-completa-5-anos-cercada-por-polemicas/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FIX, M. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo Editorial: ANPUR, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987.

G1 ECONOMIA. **Cambridge Analytica se declara culpada em caso de uso de dados do Facebook**. France Presse, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

G1 JORNAL NACIONAL. **Governo de SP usa dados de celulares para localizar aglomerações**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/08/governo-de-sp-usa-dados-de-celulares-para-localizar-aglomeracoes.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

G1 SÃO PAULO. **Justiça de SP proíbe uso de câmeras de reconhecimento facial em painel do metrô**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/09/14/justica-de-sp-proibe-uso-de-cameras-de-reconhecimento-facial-em-painel-do-metro-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GIACOMELLI, M. P. **Confira o que é e dicas para detectar deepfake nas redes**. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/confira-o-que-e-e-dicas-para-detectar-deepfake-nas-redes.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. Tradução de Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

GREENFIELD, A. **Against the smart city**. Nova York: Do projects, 2013.

_____. **Radical technologies: the design of everyday life**. Nova York: Verso, 2017.

KOOLHAAS, R. **Três textos sobre a cidade**. Tradução de Luís Santiago Baptista. São Paulo: G. Gili, 2014.

KUNSTER, E.; PECHMAN, R. **O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MANO, A.; MENEZES, P. Alerta Santa Marta: Dispositivos de (contra) vigilância em favelas no Rio de Janeiro. *In: Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 52, 4 ago. 2021.

MASTROBUONO, B. **Do que falamos quando falamos sobre NFTs**. SP-Arte, 2021a. Disponível em: <<https://www.sp-arte.com/editorial/do-que-falamos-quando-falamos-sobre-nfts/>>. Acesso em 20 dez. 2022.

_____. **Qual o dano ambiental das NFTs?** SP-Arte, 2021b. Disponível em: <<https://www.sp-arte.com/editorial/do-que-falamos-quando-falamos-sobre-nfts/>>. Acesso em 20 dez. 2022.

MEIER, R. **Portas de plataforma da Linha 4-Amarela vão “interpretar” suas reações**. Metrô CPTM, 2018. Disponível em: <<https://www.metrocptm.com.br/portas-de-plataforma-da-linha-4-amarela-vao-interpretar-suas-reacoes/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MELLO, P. C.; RODRIGUES, A. **Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de WhatsApp na eleição**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsapp-na-eleicao.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MELLO, P. C. **WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018**. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>> Acesso em: 10 jan. 2023.

METAHAVEN. **Captives of the cloud: part I**. E-flux Journal 37, [S.I.], sept. 2012, n.37. Disponível em: <<https://www.e-flux.com/journal/37/61232/captives-of-the-cloud-part-i/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MORESCHI, B. **Exch w/ Turkers**. 2020. Disponível em: <<https://brunomoreschi.com/With-Turker>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NUNES, P. Novas ferramentas, velhas práticas: reconhecimento facial e policiamento no Brasil. In: **Rede de observatórios da Segurança. Retratos da Violência: Cinco meses de monitoramento, análise e descobertas Junho a outubro de 2019**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes, 2019, p. 67-70. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Retratos-da-violencia%3Dcinco-meses-de-monitoramento.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PIRES, B. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon**. El País, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org., 2005.

RENNÓ, R. **Smart cities e big data: o cidadão produtor de dados**. URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales, Almería, v. 6, n. 2, p. 13-24, 2016. Disponível em: <<http://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/renno>>. Acesso em: 20 dez. de 2019.

SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SÃO PAULO (Cidade). Consultas Públicas. **Nova plataforma de videomonitoramento Smart Sampa**. 2022a. Disponível em: <<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/system/documents/attachments/000/001/208/original/cc535987c527b63f5a75fa1ad1a9d61027c896b4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. de 2022.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Segurança Pública. **Termo de referência Plataforma Smart Sampa**. 2022b. Disponível em: <<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/system/documents/attachments/000/001/208/original/cc535987c527b63f5a75fa1ad1a9d61027c896b4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. de 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Cartilha de adesão ao Sistema Detecta - V3.0**. 2017. Disponível em: <http://www.sapp.org.br/sapp/wp-content/uploads/Sistema_Detecta_cartilha_completa_v3.pdf>. Acesso em: 20 jan. de 2020.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SERAPIÃO, F.; MARQUES, J. **PF cita atuação de Bolsonaro e afirma ao STF que milícia digital usa gabinete do ódio**. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/pf-diz-ao-stf-que-milicia-digital-usa-gabinete-do-odio-e-delegada-se-licencia.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT). 3a ed. rev. ampl. mod.** São Paulo: SIBiUSP, 2016.

VIRILIO, P. **O espaço crítico: e as perspectivas do tempo real**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: 34, 1995.

WISNIK, G. **Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

_____. **Espaço em obra: cidade, arte, arquitetura**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.